

re|er

REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS
DO DOURO, TÂMEGA E SOUSA



**ECOS DO
25 DE ABRIL
NA IMPRENSA**
do Douro, Tâmega e Sousa

2025 - VOLUME 1

TÂMEGA e SOUSA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

**ECOS DO
25 DE ABRIL
NA IMPRENSA**
do Douro, Tâmega e Sousa

VOLUME 1

ÍNDICE

4	APRESENTAÇÃO
5	INTRODUÇÃO
15	RECORTES DE IMPRENSA
16	· MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
22	· REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL DE 1974
31	· JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL
39	· DEMOCRACIA

APRESENTAÇÃO

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, Portugal acordou com esperança no futuro.

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), através da RELER – Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Douro, Tâmega e Sousa, associa-se às Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, com a edição deste eBook que dá voz aos sentimentos, opiniões e anseios da população que, nesse dia, sentiu a liberdade pela primeira vez.

Na região do Douro, Tâmega e Sousa, os ecos da Revolução dos Cravos chegaram através da rádio, da televisão e da imprensa local. Muitos desses registos permaneceram nas páginas dos jornais publicados na altura, e que hoje podem ser lidos e consultados nas onze bibliotecas municipais da nossa região que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Esta publicação é fruto do trabalho colaborativo das nossas bibliotecas, no âmbito do acordo de cooperação celebrado entre a CIM do Tâmega e Sousa e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Pretende-se com ela não só evocar memórias e emoções vividas num dos momentos mais marcantes da nossa história recente, mas também sensibilizar as gerações mais jovens para a importância de preservar um dos direitos humanos fundamentais: a Liberdade.

Convidamos todas e todos a explorar este eBook, a viajar no tempo e a deixar-se guiar pela curiosidade e pelo desejo de saber mais, visitando uma das bibliotecas da RELER.

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa



INTRODUÇÃO

Maria José Lopes

Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, Amarante

O presente trabalho tem como objetivo evocar o 25 de Abril de 1974 através das publicações da imprensa daquele período, nos jornais locais dos municípios (onze) que compõem a atual Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa.

Por cada município, os jornais consultados são os seguintes:

Flôr do Tâmega e Riba Tâmega (Amarante); ***Serra Bendita*** (Baião); ***Miradouro*** (Castelo de Paiva, Cinfães e Resende); ***Notícias de Basto*** (Celorico de Basto); ***O Jornal de Felgueiras, Jornal da Lixa e Notícias de Felgueiras*** (Felgueiras); ***Jornal de Lousada*** (Lousada); ***Gazeta de Paços de Ferreira*** (Paços de Ferreira); ***Notícias de Penafiel, O Penafidense e O Tempo*** (Penafiel).

Cada biblioteca municipal fez a seleção dos artigos que considerou representativos para esta mostra documental¹.

Após a recolha do conjunto de artigos dos treze periódicos, acima identificados, os mesmos foram agrupados por temas e em cada tema apresentados por ordem cronológica.

O plano de classificação para a organização deste trabalho teve como análise 221 referências bibliográficas que, entre muitas outras, constituíram "a ordem do dia" na imprensa local e nacional desse período histórico. Contudo, decidimos apenas apresentar 106 referências, como mostra documental dos periódicos referidos, agrupadas de acordo com a classificação que estabelecemos².

A sequência dos assuntos refere a organização dos acontecimentos da revolução do 25 de Abril de 1974, as alterações sociais, económicas, políticas e culturais do período de tempo que analisamos, cujo termo temporal é 25 de abril de 1975.

¹Dos onze municípios que integram a CIM do Tâmega e Sousa há a considerar o facto de nem todas as bibliotecas municipais terem sido representadas ou sendo-o, foram-no de forma diferente das demais.

Assim, a Biblioteca de Celorico surge, neste trabalho, com um número de *Notícias de Basto* datado de 29 de maio de 1974. As Bibliotecas de Castelo de Paiva, Cinfães e Resende têm em comum o mesmo periódico: *Miradouro*.

A Biblioteca Municipal do Marco de Canaveses informou não ter à sua guarda qualquer periódico deste período.

Do conjunto dos treze periódicos que em 25 de abril de 1974 existiam, restam atualmente quatro periódicos ativos, estes nos concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães e Resende, em que o jornal *Miradouro* representa a informação destes três concelhos; em Paços de Ferreira, com a *Gazeta de Paços de Ferreira* e em Penafiel, com *O Penafidense*.

²Este trabalho apresenta no total 106 referências bibliográficas. Estas estão inseridas nos diferentes grupos de assuntos de acordo com a classificação que atribuímos a cada uma dessas referências bibliográficas. Indicamos a seguir o número de referências e respetivo assunto: DEMOCRACIA, 16; LIBERDADE, 16; ARTE E LITERATURA, 11; PARTIDOS POLÍTICOS, 11; REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL DE 1974, 11; JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL, 9; ASSOCIATIVISMO, 7; MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS 7; COMISSÕES ADMINISTRATIVAS, 7; IGREJA CATÓLICA, 5 e ELEIÇÕES 5.

Os artigos que ilustram este trabalho estão agrupados por assuntos para permitir uma melhor leitura e apreensão desses conteúdos. Dentro de cada grupo, são apresentados por ordem cronológica da edição dos periódicos e todo o conjunto documental é numerado sequencialmente.

A Revolução do 25 de Abril que derrubou o regime ditatorial, sob o qual o nosso país viveu durante o período da ditadura, contou com a ação de um conjunto de militares que, de uma forma ordeira, restabeleceu o regime democrático e a liberdade ao nosso país.

O Movimento das Forças Armadas conduziu à Revolução do 25 de Abril de 1974, com a conseqüente formação da Junta de Salvação Nacional e a instauração de um regime democrático e livre. Estes assuntos fizeram páginas em todos os jornais analisados.

Constatamos a alegria, então, vivida e a congratulação com o fim do regime que vigorou durante 48 anos em Portugal. Transcrevemos, de seguida, um excerto de um artigo onde podemos confirmar o que acabámos de referir:

*"Uma Pátria totalmente segregada do conceito das Nações civilizadas e cujos ilegítimos detentores, a coberto de um historicismo estéril e negativo sacrificavam, em holocausto a interesses inconfessáveis, a nata da nossa juventude, juncando de cadáveres o sertão africano. (...) Esqueceram-se de que nas veias dos soldados de agora corre o mesmo sangue generoso dos heróis de S. Mamede, de Aljubarrota, de 1640 e de 5 de Outubro de 1910. Esqueceram que o Portugal eterno havia de cansar-se de ter medo. E veio, afinal, a **madrugada redentora de 25 de abril**. (...) O medo varreu-se, definitivamente da nossa Terra (...) **Podemos construir se quisermos uma Pátria que se coloque altivamente, dignamente e sem corar ao lado das outras Pátrias do mundo civilizado.**"*

Os artigos apresentados neste assunto evidenciam a adesão da imprensa e das populações dos concelhos aqui representadas a esses militares e ao General António de Spínola, nomeado como Presidente do Movimento das Forças Armadas.

Nas páginas desses jornais, foram apresentados os comunicados emitidos por aquele movimento e as manifestações populares de apoio realizadas nos onze concelhos que analisámos⁴.

³"Manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas em Felgueiras" in: *Notícias de Felgueiras*, 11 de maio de 1974, p. 1 e 4. (Colocação a negrito nosso.)

⁴Exemplificamos com outro excerto de um periódico:

"Na noite do passado dia 11 muitos democratas reuniram-se na vila de Cinfães para exteriorizarem o seu apoio ao MFA e manifestaram a sua satisfação pela vitória sobre o malogrado golpe da reacção.

Viram-se os representantes dos vários partidos políticos irmanados no mesmo sentimento de solidariedade, tendo, na circunstância, o Dr. Fernando de Vasconcelos feito uma alocução muito pertinente.

Seguidamente, com bandeiras e dando largas à sua alegria, através da amplificação sonora montada num veículo, deram, em cortejo muito concorrido, várias voltas pelas freguesias mais próximas da vila de Cinfães.

No conjunto de notícias que consideramos sobre a **Revolução do 25 de Abril de 1974**, colocamos os artigos que descreveram os acontecimentos deste dia de Liberdade na História de Portugal: a entrada de exilados que regressaram⁵, o processo de descolonização⁶ e o 11 de março de 1975⁷.

A **Junta de Salvação Nacional**, formada por um grupo de militares após a Revolução do 25 de Abril de 1974, teve como objetivo a formação do governo do Estado Português.

Os artigos apresentados neste grupo evidenciam a adesão da imprensa e das populações dos concelhos aqui representados a esses militares e ao General António de Spínola, nomeado como presidente daquele órgão, ao programa de ação levado a efeito e à formação de um governo provisório⁸.

Miradouro pensa dar, no próximo número, notícia mais circunstanciada deste acontecimento e regozija-se, entretanto, com a vitória das Forças legalmente instituídas.

Em Castelo de Paiva o MDP/CDE e o PS, através de amplificação sonora instalada na vila, também na noite de 11 de Março se manifestaram contra a intentona revolucionária, dando o seu total apoio ao MFA e Governo Provisório."

"Manifestação de apoio ao MFA" in: *Miradouro*, 15 de março de 1975, p. 1.

⁵"Calorosa recepção nesta vila ao capitão Sarmento Pimentel" In: *Notícias de Felgueiras*, 8 de junho de 1974, p. 1 e 4.

⁶"A nação portuguesa vive uma hora que poderá ser das mais altas da sua história. Com efeito os acontecimentos do 25 de Abril puseram em marcha um processo cujo alcance político e social poderá ter (e não só para o povo português mas também para outros povos) as mais esperanças e salutares consequências. O golpe de estado de Abril, logo seguido de uma revolução pacífica, sem traumatismos sociais violentos, poderá bem ficar como uma baliza a marcar dois ciclos bem distintos da vida política e social do país: o fim de um Portugal velho, carregado de sisudez e de preconceitos, orgulhoso dos seus pergaminhos e das suas façanhas, sonhador de grandezas utópicas e alienado da sua missão no mundo moderno, e o nascer de um Portugal novo, voltado decididamente para as realidades do presente, pretendendo acompanhar a Europa progressiva, enquadrando-se, finalmente, numa forma nova e racional de estar no Mundo.

Os primeiros passos já foram dados nesse sentido. A descolonização, um dos passos mais significativos e que mais coragem suscitou, pois não é fácil a qualquer país alijar por si o peso dum império de quinhentos anos, veio-nos abrir as portas da Europa e do Mundo para que possamos caminhar seguros e confiantes"

"Novo surto" / A. Magalhães in: *O Jornal da Lixa*, 1 de novembro de 1974, p. 1 e 2.

⁷"Soldado amigo, o povo esteve contigo!" in: *Flor do Tâmega*, 23 de março de 1975, p. 1 e 2.

⁸"Em obediência ao mandato que acaba de me ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento e em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o país para a definição de consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de: garantir sobrevivência da Nação, como pátria soberana no seu todo pluricontinental; promover desde já a consciencialização dos portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas, que hão-de polarizar tendências e facilitar livres eleições, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a consequente eleição do presidente da República; garantir a liberdade de expressão e pensamento; abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade de eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte; evitar por todos os meios que outras forças possam interferir num processo que se deseja eminentemente nacional; pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais, e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade e garantia da liberdade dos cidadãos; respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados; dinamizar as suas tarefas em ordem a que, no mais curto prazo, o país venha a governar-se por instituições de livre escolha; devolver poder às instituições constitucionais, logo que o presidente da República eleito entre no exercício das suas funções".

"Proclamação da Junta Nacional de Salvação: *Garantir a sobrevivência da Nação* como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental" in: *Notícias de Penafiel*, 3 de maio de 1974, p. 1 e 4.

"Junta de Salvação Nacional" in: *Miradouro*, 3 de maio de 1974, p. 1, 7 e 8.

"O Novo Governo" in: *Jornal de Lousada*, 18 de maio de 1974, p. 1.

Os artigos que registamos nos grupos **Democracia e Liberdade** apresentam títulos que podem ser considerados comuns a ambos os termos escolhidos como assuntos. Contudo, por razões já anteriormente expressas, a sua apresentação separada torna as referências bibliográficas mais explícitas.

A título de exemplo, reunimos algumas referências que nos permitiram constituir este grupo.

O Movimento Democrático de Amarante num comunicado refere "*dar ao País um governo democrático, um governo em que o voto de todos nos prestigia e fortalece*" ou ainda, "*Acabou a tirania que nos oprimia*". Estas expressões só se escreveram na imprensa portuguesa com a implementação de um regime democrático e livre⁹.

Podíamos ainda referir o artigo sobre *Democracia* de A. T. de Queiroz¹⁰ e *Pão Ázimo* de A. Garibaldi¹¹.

A vivência e a esperança que os novos ideais tinham permitido é manifestada de diversas formas: "*Não é um mundo que se acaba, é um mundo novo que começa. Na verdade, começou entre nós um novo mundo, houve Abril em Portugal.*"¹²

Não podemos deixar de mencionar um comício feminista que se realizou em Felgueiras, onde foram debatidos os problemas (que ainda hoje não estão totalmente resolvidos) como: a mulher que trabalha e tem a seu cargo os filhos, o trabalho doméstico, a falta de creches e a má assistência médica. O autor deste texto faz notar que estiveram ausentes deste comício as mulheres designadas de classe média e termina o seu artigo com esta questão: "Será que só a operária pretende politizar-se?".¹³

De referir ainda o início das primeiras greves entre a classe operária em localidades dos concelhos da atual CIM Tâmega e Sousa: "*Ouvimos dizer que há adesão total dos operários a esta ameaça de greve*".¹⁴

Mas não só os meios fabris se manifestaram por melhores condições de vida, apareceram também as reivindicações pelo saneamento, o governo foi efetuado por uma minoria de elites, através de manobras, como noticia o jornal "*Serra Bendita*". Termina o artigo com a afirmação de que "O Povo sabe bem o que quer".¹⁵

Iniciamos o grupo sobre o tema **Liberdade** com a inclusão de artigos sobre o 1º de Maio.

⁹ "Meus amigos" / Movimento Democrático de Amarante in: *Riba Tâmega*, 10 de maio de 1974, p. 2.

¹⁰ "Democracia" / A. Teixeira de Queiroz in: *Flor do Tâmega*, 12 de maio de 1974, p. 1.

¹¹ "Pão Ázimo" in: *O Jornal da Lixa*, 17 de maio de 1974, p. 1.

¹² "Pingos de Água" / Zacarias de Oliveira in: *Notícias de Penafiel*, 17 de maio de 1974, p. 1.

¹³ "Comício feminista" in: *O Jornal da Lixa*, 14 de junho de 1974, p. 3.

¹⁴ "Greve na Indústria de Calçado do Concelho" in: *O Jornal da Lixa*, 4 de outubro de 1974, p. 3.

¹⁵ "De vez em quando..." in: *Serra Bendita*, 3 de julho de 1974, p. 2.

Os primeiros festejos do Dia do Trabalhador – 1º de Maio – foram, tal como aconteceu com o dia 25 de Abril de 1974, um dia de festa em que a população invadiu as ruas das suas cidades e vilas por todo o país.

O 1º de Maio foi um dia histórico na luta dos trabalhadores portugueses por melhores condições de vida: *"O Dia 1º de Maio constitui insofismável prova de civismo do Povo Português"*¹⁶ ou também *"A celebração do «1º de Maio», como festa do operariado, foi prova evidente de que estalaram receios de reivindicações, e no final, a liberdade gozada não colidiu com quem quer que fosse."*¹⁷

Chamou-nos também a atenção a solidariedade e amizade com o povo chileno e a filha de Salvador Allende, presentes nos semanários que analisámos.

Numa mensagem dirigida a Beatriz Allende por Raquel Careto lê-se: *"Beatriz Allende traz-nos na sua bagagem os destroços do seu país: O Chile. Traz-nos também sobre os ombros a sua terra, paisagem dolorosa que Portugal abraça."*¹⁸

A manifestação de solidariedade com o povo do Chile noticiada nos jornais *Flôr do Tâmega*: *"Organizada pela Liga Comunista Internacionalista (simpatizante da IV Internacional) realizou-se, na passada quarta-feira, aniversário da morte de Salvador Allende, uma manifestação de apoio e solidariedade para com o povo chileno, vítima de repressão fascista-capitalista"*¹⁹ e no jornal *Miradouro*: *"Termina a Semana de Apoio, mas o Povo do Chile, o Povo mais martirizado dos nossos dias"*²⁰, *continuará no pensamento de todo o bom português. E porquê? Porque nós portugueses ainda temos bem vincado no nosso pensamento o fascismo com a sua pressão e terror.*

*Recordaremos sempre um povo, que era governado por um homem*²¹ *que via as necessidades daqueles que trabalhavam e que tudo fez para melhorar as suas condições de vida...".*²²

As sucessivas alusões aos "vira-casacas", ao fim da Guerra Colonial e à segurança no trabalho fizeram eco na comunicação social de então, o que nos leva a pensar que a liberdade e a democracia chegaram até às nossas populações.

¹⁶"Instituído como Feriado Nacional obrigatório O Dia 1º de Maio Constituiu insofismável prova do civismo do POVO PORTUGUÊS" in: *Notícias de Penafiel*, 3 de maio de 1974, p. 3.

¹⁷"Dia do Trabalhador" in: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 9 de maio de 1974, p. 1.

¹⁸"Mensagem a Beatriz Allende" / Raquel Careto in: *Flôr do Tâmega*, 15 de setembro de 1974, p. 3.

¹⁹"Manifestação de solidariedade para com o povo do Chile" in: *Flôr do Tâmega*, 15 de setembro de 1974, p. 3.

²⁰ O autor do artigo refere-se à ditadura de Augusto Pinochet.

²¹ O autor do artigo refere-se a Salvador Allende.

²² "Semana de apoio ao povo chileno" / P. Pinto in: *Miradouro*, 20 de setembro de 1974, p. 1 e 2.

Como consequência da Revolução do 25 de Abril de 1974, o povo português conquistou a liberdade de expressão e a democracia. A comunicação social dessa época são hoje um testemunho vivo desses momentos.

Para além destes, outros assuntos tiveram também repercussão na imprensa local. Com menor representatividade na imprensa, assinalamos: a constituição das Comissões Administrativas; os Partidos Políticos, com as suas linhas de ação; a necessidade do Associativismo; A Arte e Literatura que, em alguns casos, tinha sido censurada pelo lápis azul; a Igreja Católica e o seu poder conservador e de influência nas populações, que se fez sentir até há relativamente pouco tempo, e as primeiras eleições livres, com grande participação popular.

Os meses de junho e julho de 1974 foram marcados, a nível nacional, pela exoneração dos elementos municipais que ocupavam as Câmaras até à revolução do 25 de Abril de 1974.

Nos concelhos da atual CIM do Tâmega e Sousa, os periódicos analisados registam, durante os meses de junho e julho e, num outro caso, em agosto, notícias das novas comissões administrativas que são constituídas e, ou empossadas nestes concelhos.

Estas comissões seriam constituídas por personalidades consideradas independentes, mas, como se veio a verificar, estas eram simpatizantes de partidos de esquerda, nomeadamente do Partido Socialista e do Movimento Democrático Português (MDP/CDE) e, em alguns casos, do Partido Comunista.

O núcleo das **Comissões Administrativas** integra artigos sobre a constituição e tomada de posse das comissões administrativas dos concelhos da CIM Tâmega e Sousa, à exceção dos concelhos de Celorico de Basto e Marco de Canaveses.

Alguns dos partidos políticos que surgem após a revolução do 25 de Abril de 1974 já existiam na clandestinidade, no período do Estado Novo. O Partido Comunista Português foi fundado em 1921; o Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (CDE), em 1969; o Partido Socialista, em 1973; o PPD (atualmente PSD) e o CDS, em 1974.

Os artigos e notícias que compõem o grupo dos **Partidos Políticos** começam a ser publicados a partir do início de maio de 1974, como se pode confirmar.

Houve uma primeira abordagem às populações através de sessões de esclarecimento e politização das massas com formação e informação política.

Constatamos que, logo após a Revolução dos Cravos, surgem os comícios do Movimento Democrático Português (MDP/CDE), este com alguma preponderância em Castelo de Paiva e Amarante, Partido Socialista, Partido Popular Democrático e o Partido da Democracia Cristã que fazem a sua ação de propaganda junto da população destes concelhos.

Decidimos constituir o grupo **Associativismo** com artigos e notícias sobre esta temática já que constatamos, neste conjunto da imprensa local, uma preocupação por parte da nossa população em unir-se de forma a defender os seus direitos cívicos e laborais.

No jornal *Miradouro* de 24 de maio de 1974, o artigo de autoria de Adão Sequeira, *Agricultores da Beira Douro e o 25 de Abril* apela: "*A união do todo está na união das partes. As partes por si têm o seu momento para garantirem o momento nacional. Agricultores da Beira Douro, é da agricultura que virá o vosso melhoramento. Só dela, porque nela estais, pode vir as garantias de economia que sonhais, desejais e tendes direito.*"

No mesmo jornal de 7 de junho de 1974, na página 6 surge a notícia sobre uma *Reunião de Comerciantes*. Esta reunião decorreu na Casa do Povo de Resende "*com muito civismo, a fim de serem tratados vários assuntos para a classe.*" Nessa reunião foi ainda eleita a comissão de comerciantes e a mesma terminou com vivas às Forças Armadas.

No "*Notícias de Felgueiras*" em 8 de junho de 1974, na página 2, temos a notícia de uma *Reunião de Agricultores no Grémio da Lavoura de Felgueiras*. Na reunião realizada no Grémio da Lavoura local, estiverem presentes 100 agricultores, incluindo caseiros e rendeiros. Esta teve como objetivo eleger uma comissão que reorganizasse a lavoura e fazer um estudo de transformação do Grémio numa Associação dos Agricultores de Felgueiras com carácter cooperativo.

No *Serra Bendita* de 3 de julho de 1974, no artigo *Problemas na Lavoura* onde são descritas as tarefas árduas que os lavradores têm a seu cargo.

Na secção do Associativismo, referimos outros artigos nomeadamente sobre: *Viticultura* (*Notícias de Basto*, 17 de junho de 1974, p.1); *a União de Trabalhadores e Estudantes Paivenses* (*Miradouro*, 21 de junho de 1974, p.3); *O Cooperativismo* (*Gazeta de Paços de Ferreira*, 5 de dezembro de 1974, p.1) ou também *As Cooperativas Agrícolas e a experiência de Castelo de Paiva* (*Miradouro*, 5 de abril de 1974, p. 1 e 8).

No tema **Arte e Literatura** apresentamos alguns textos, poesia, desenhos e caricaturas sobre o tema do 25 de Abril publicados neste conjunto de periódicos.

Salientamos, neste tema, alguns desenhos, caricaturas ou textos de autores perseguidos pelo regime fascista.

No poema de Eduardo Silvestre "*O Abril em Portugal*", verificamos que os versos são ilustrados por uma figura feminina que resplandece de um sol e irradia estrelas. O conteúdo do poema transmite esse Sol concedido ao povo português, "*um sol de infinita limpidez*".

No mesmo jornal, com data de 22 de junho de 1974 p.1, foi publicada uma bem conseguida caricatura (sempre atual) do Zé Povinho (trabalhador de alfaiataria?) que diz ao alfaiate: "*Ai Seu Zé a clientela que tem vindo para lhe virarmos a casaca.*" Salientamos ainda dois autores presentes nesta secção A. Garibaldi e Ilídio Sardoeira, respetivamente com artigos no *Jornal da Lixa*²³ e *Flor do Tâmega*²⁴ que foram dois combatentes do fascismo e que viram os seus artigos "chumbados" pelo lápis azul.

Assinalamos também duas gravuras de José Dias Coelho reproduzidas no jornal *Miradouro* de 22 de fevereiro de 1975 "*Um homem na resistência*" e "*Exploração*", de 1 de Março de 1975.

A **Igreja Católica** constituiu um apoio contínuo às ideias do Estado Novo. A sua influência junto das populações pouco informadas e alfabetizadas garantiu-lhe um público fiel e submisso. A figura do padre em meios rurais, isolados, constituiu uma autoridade cujo poder era incontestado.

Uma das primeiras notícias que selecionamos para este grupo é do jornal *Serra Benedita* de 2 de maio de 1974, assinada por A. Ribeiro que se intitula *A hora que vivemos*, ilustrada com uma Pomba da Paz. Uma primeira leitura desta ilustração, neste artigo, sugere-nos um texto que faria a defesa do fim da guerra colonial e de condições dignas para o povo português, com a conquista dos valores democráticos. O artigo é iniciado com uma ligeira aceitação da democracia e liberdade. O essencial do seu conteúdo consiste em alertas e cuidados a ter com a mudança ocorrida. Podemos citar alguns excertos que confirmam este parecer: "*Na verdade, existe a possibilidade de muitas escolhas políticas, mas também existe a certeza que nem todas estão conforme a nossa fé*" e termina "- Nesta hora grande, ... também grave, de uma história, importa que os cristãos, que afinal são a grande maioria dos portugueses com a sua participação ativa e consciente, bem como a hierarquia, não deixem de exercer aquilo a que chamamos *A Missão Profética da Igreja.*"

Este artigo volta a ser publicado no jornal *Miradouro* a 21 de junho de 1974, p. 1 e 7 e o seu autor, A. Ribeiro, é o pároco Álvaro Ribeiro da Silva.

²³ "De profundis" / A. Garibaldi in: *O Jornal da Lixa*, 1 de novembro de 1974, p. 1.

²⁴ "A Bêsta Apocalítica" / Ilídio Sardoeira in: *Flor do Tâmega - Suplemento*, 22 de dezembro de 1974, p. 10 e 11. Este poema foi cortado pelo regime salazarista em 1939.

No mesmo jornal de 23 de agosto de 1974, p. 1 e 2, temos o artigo assinado por José da Cruz Santos, intitulado *Um sermão reaccionário em Boassas*, do qual transcrevemos o seguinte parágrafo: "*Disse o pregador que Nossa Senhora da Estrela não deixaria que os maus portugueses, que são os que vão aos comícios e os que levantam o punho fechado, na opinião dele contribuíam para que Portugal deixe de ser cristão.*"

A igreja católica teve dificuldade em aceitar a mudança social e política como verificamos pelos artigos de dois jornais (*Serra Bendita* e *Miradouro*) que eram distribuídos em concelhos, em que as pessoas viviam num mundo rural e pouco informadas (e formadas) politicamente.

Os artigos dos jornais *Flor do Tâmega*, *O Jornal de Felgueiras* e *Jornal da Lixa* confirmam a opinião de uma Igreja avessa a novos valores da dignidade humana.

No *Jornal de Felgueiras* de 3 de agosto de 1974 p. 1, surge um artigo assinado por Orlando Gonçalves do qual citamos o último parágrafo: "*Sair de um silêncio cúmplice de cinquenta anos para debitar tão brilhantes conclusões é bem para cima de um desaforo. Além de uma agressão à dignidade e à inteligência de um povo que sofreu toda a sorte de humilhações, é ainda, uma ofensa à consciência de quantos cristãos (e foram muitos!) denodadamente combateram nas fileiras antifascistas.*"

Ou ainda no mesmo periódico com data de 30 de novembro de 1974, p. 1, *Carta aberta a um pároco director de jornal* assinado por Kalidas Barreto, transcrevemos "*A Igreja tem de se encontrar no seu próprio destino histórico de salvação do homem, de todo o homem, do homem todo.*"

Terminamos esta secção sobre a Igreja, com passagens do artigo *Os Bispos de Moçambique* na hora da independência, de 20 de setembro de 1974.

Diz-nos esse artigo que os Bispos de Moçambique reconhecem "*falhas na atuação e exemplo da Igreja Moçambicana*" e apelam ao regresso do Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto e seus missionários, que tinham sido expulsos do território para ajudar a "*sanar os efeitos desta crise.*"

Entre os males que existiam no território Moçambicano, os Bispos salientam "*O racismo e as injustas situações de servidão.*"

Referimos, ainda, no mesmo jornal, o artigo *Abertura à esquerda, na Igreja* publicado em 24 de outubro de 1974.

As primeiras eleições que se realizaram após o 25 de Abril de 1974 foram para a Assembleia Constituinte e ocorreram no dia 25 de abril de 1975. Foram as eleições mais concorridas do pós-25 de Abril e tiveram como objetivo eleger uma assembleia que fizesse a redação de uma constituição para substituir a constituição de 1933, do Estado Novo.

Registamos, neste grupo, os artigos publicados na imprensa relacionados com os preparativos destas primeiras eleições, com os seguintes títulos: *As próximas eleições, Flor do Tâmega*, 25 de agosto de 1974; *Iniciou-se no dia 9 o Recenseamento Eleitoral, Miradouro*, 11 de dezembro de 1974; *Apelo, Gazeta de Paços de Ferreira*, 2 de janeiro de 1975, que apela à participação de todos no ato eleitoral e *O Direito Cívico de Votar, Gazeta de Paços de Ferreira*, 24 de abril de 1975, artigo que reforça o direito e dever de cada cidadão a participar nas eleições e, desta forma, apoiar o Movimento levado a efeito pelas Forças Armadas.

Com a concretização deste trabalho, o Grupo de Trabalho das Bibliotecas da CIM do Tâmega e Sousa, além de assinalar o cinquentenário do 25 de Abril de 1974, pretende também mostrar o papel das bibliotecas públicas na divulgação e salvaguarda de património documental que constitui as nossas memórias locais.

Os jornais locais fazem parte do fundo local das bibliotecas municipais e estão à sua guarda. Este trabalho teve como fontes esses documentos impressos que permitem fazer vários estudos e reconstituições históricas. Alertamos para a importância da sua devida preservação. Numa época em que a digitalização é um instrumento de comunicação rápido de conteúdos, pensamos que estes documentos impressos, constituídos por papel frágil, devem ser, com urgência, digitalizados sob pena de hipotecarmos as nossas memórias no futuro.



RECORTES DE IMPRENSA

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

25 - Abril - 1974

O Movimento das Forças Armadas tornou Pública a seguinte proclamação:

«Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu defenir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos;

«Considerando o crescente clima de total afastamento dos portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos;

«Considerando a necessidade de sanear as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as iligitimidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar;

«Considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do país, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos;

«O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do país e de restituição ao povo português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação de, no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao país escolher livremente a sua forma de vida social e política.

«Certos de que a Nação está connosco e que, atentos os fins que nos presidem, aceitará de bom grado o governo militar que terá de vigorar nesta fase de transição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os portugueses e espera do país adesão aos poderes instituídos em seu benefício.

«Saberemos deste modo honrar o Passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o país e por este perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes».

"25-Abril-1974: O Movimento das Forças Armadas tornou Pública a seguinte proclamação"
In: Notícias de Penafiel, 3 de maio de 1974, p. 1.

Flor do Tâmega

ANO 90 — N.º 4522 — AMARANTE 5 de Maio de 1974 — Publica-se aos Domingos

Fundador: A. T. CARNEIRO — Propriedade: CARNEIROS, IRMAOS, LDA. — Director: ARTUR CARNEIRO

Officinas, Redacção e Administração: Av. Alexandre Herculano — Telefone 42065 — Amarante



AVENÇA

BIBLIOTECA-MUSEU MUNICIPAL
AMARANTE

O Movimento das Forças Armadas pôs termo ao fascismo em Portugal 25 DE ABRIL DE 1974



Tudo começou na manhã de 25 de Abril. A canção «E depois do adeus» marcou o fim do regime que Salazar legou a Marcelo Caetano. A canção «Grândola, vila morena» assinalou o início do movimento militar que iria implantar a democracia em Portugal.

O Movimento das Forças Armadas rebelou-se em todo o país e, pouco a pouco, iam sendo ocupados pontos-chave, inúmeras vezes postos emissores de radio-difusão.

Em sucessivos comunicados o Movimento ia prevenindo o povo português e ia intimando as forças militarizadas a que não oferecessem resistência para que não houvesse necessidade

de derramamento de sangue.

O Governo foi sendo derribado, culminando a acção das Forças Armadas com a renúncia do Presidente do Conselho e do Presidente da República, acompanhados de alguns ministros, que, de avião, foram transportados para a Madeira, onde estão exilados.

O povo foi tomando consciência de que estava a ser virada uma das páginas da História de Portugal. De uma ditadura passava-se a uma democracia.

O golpe militar foi bem aceite pela maioria da população portuguesa, tanto metropolitana como ultramarina, tanto militar, como civil, como militarizada. A

P.S.P. e a G.N.R. aderiram com facilidade. A D.G.S., dadas as suas características de polícia política, resistiu durante longo tempo e foi a ela que se ficou a dever o sacrifício de algumas vidas e o derramamento do sangue de alguns portugueses.

Por fim tudo foi ficando sob o controlo do Movimento

Os trabalhadores iniciaram reivindicações. Os monopólios tremaram. Morreram a A.N.P., a L.P. e a D.G.S.

A banca mantinha-se em actividade restrita para evitar a fuga de divisas para o estrangeiro.

As manifestações de apoio ao Movimento das Forças Armadas e à Jun

1 de Maio, sem sangue e sem luto, culminaram a revolução que se processou nos últimos dias de Abril. As Forças Armadas deram boas provas de decisão e firmeza e o povo soube corresponder a essas provas com o seu entusiasmo e o seu civismo.

A Junta de Salvação Nacional tem a seguinte constituição:

General António de Spínola; General Francisco da Costa Gomes; General Jaime Silvério Marques; General Manuel Diogo Neto; Vice-Almirante José Baptista Pinheiro de Azevedo; Vice-Almirante António Alar Rosa Coutinho e General Carlos Galvão de Melo.

to das Forças Armadas que entregou o governo a uma Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General António de Spínola.

Nos comunicados emanados da Junta de Salvação Nacional se foi definindo a nova política que iria reger o País, baseado no princípio de que o «povo é quem mais ordena».

O povo, agarrado aos jornais ou com o ouvido colado aos receptores de rádio, foi ficando a par de tudo que ia acontecendo. Foram regressando os exilados políticos, foram sendo soltos os presos de Caxias e de outras prisões políticas. A Imprensa, a Rádio e a Televisão passaram a ser transmitidas sem cortes de censura. Os partidos políticos entraram em actividade.

ta de Salvação Nacional choviam na forma de cartas, telegramas, telefonemas, jornais, panfletos, aglomerados de pessoas e até na entrega de flores.

Do estrangeiro começou a chegar o reconhecimento da Junta de Salvação Nacional por parte dos governos de outros países.

As manifestações públicas, por todo o País, no dia

Passos Célebres

O primeiro comunicado divulgado às 4.20 hs. dizia:

«A todos os elementos das forças militarizadas e policiais, o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência, a fim de serem evitados quaisquer confrontos perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessá-

continua na página 2

Ao virar

Esta foi a canção de Zeca Afonso, sinal duma vida nova para a nossa Pátria:

Grândola, vila morena
terra da fraternidade,
o povo é quem mais ordena
dentro de ti, ó cidade

Dentro de ti ó cidade
o povo é quem mais ordena
terra da fraternidade
Grândola, vila morena

Em cada esquina um amigo
em cada rosto igualdade
Grândola, vila morena
terra da fraternidade

Terra da fraternidade
Grândola, vila morena
em cada rosto igualdade
o povo é quem mais ordena

A lembrança de uma canção
que já não sabia a cidade
justiça por comradeira
Grândola, a tua vontade

Grândola, a tua vontade
justiça por comradeira
à lembrança de uma canção
que já não sabia a cidade

Horas depois, Portugal
reassustava...

da tolha

Um amarantino no comando distrital da P.S.P.



AMARANTE apoiou o Movimento das Forças Armadas

Página 2

Assine, leia, e divulgue «Flor do Tâmega», ajudando assim a conhecer os problemas do concelho de Amarante

"O Movimento das Forças Armadas pôs termo ao fascismo em Portugal – 25 de Abril de 1974"
In: Flor do Tâmega, 5 de maio de 1974, p. 1.

Manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas em FELGUEIRAS

Realizou-se às 19 horas do passado dia 30 de Abril, uma manifestação pública promovida pelos democratas do concelho, de regozijo e apoio ao Movimento das Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional, frente ao quartel dos Bombeiros Voluntários desta vila.

A manifestação contou com a adesão de grande número de pessoas do concelho que aclamaram entusiasticamente as Forças Armadas representadas por uma força do R. A. L. 5 de Penafiel, comandadas pelo capitão Barracho.

Concentrado o Povo na rua de o Hino Nacional, entoado por milhares de vozes, findo o qual falou

aos manifestantes o Snr. Dr. Machado de Matos, nos seguintes termos:

Povo de Felgueiras

Amigos

Vivemos ainda o impacto indelével do radioso amanhecer de 25 de Abril.

Data gloriosa que ficará inscrita

Uma Pátria transformada em imensa costada salazarista, onde os seus filhos verdadeiros, vítimas do mais tremendo genocídio político da Europa hodierna, vegetavam acarinadamente, reificados por «slogans» mentirosos e falsos carismas fazedores das conhecidas «manifestações espontâneas» que o povo pagava e repagava para, afinal, se ver

pois salafarramente à custa dele.

Uma Pátria totalmente segregada do conceito das Nações civilizadas e cujos ilegítimos detentores, a cobertura de um historicismo estéril e negativo sacrificavam, em holocausto a interesses inconfessáveis, a nata da nossa juventude, juncando de cadáveres o sertão africano.

Uma Pátria cada vez mais despida da sua inteligência verdadeira e cujos nacionais, na sua esmagadora maioria, eram estrangeiros na própria Terra.

Uma Pátria, afinal, que morria de vagar, como em Alcácer Quibir, mas morria.

Os algózes dos portugueses, porém, esqueciam-se da verdadeira força das virtualidades deste povo magnífico.

Historicistas de feira, não conheciam a verdadeira história nacional.

Esqueceram-se de que nas veias dos soldados de agora corre o mesmo sangue generoso dos heróis de S. Mamede, de Aljubarrota, de 1640 e de 5 de Outubro de 1910. Esqueceram que o Portugal eterno havia de cansar-se de ter medo.

E veio, afinal, a madrugada reidora de 25 de Abril.

As gloriosas Forças Armadas de Portugal, que são o Povo, despertaram do seu letargo a Pátria adormecida, numa cruzada de acção singular que pela inteligência da sua concepção e grandeza de coragem há-de ficar na história do mundo

Continua na página 4

25 de Abril

Em 25 de Abril, um acontecimento importante e sem precedentes nos últimos 50 anos de história ocorre na vida política portuguesa.

Uma Junta Militar denominada Junta de Salvação Nacional — com o apoio das Forças Armadas — derruba o governo fascista de Américo Tomaz e Marcelo Caetano. O que até então parecia impossível, torna-se nesta data uma realidade.

O povo toma parte activa no movimento, e de mãos dadas com as forças armadas — apoia-a espontaneamente, sem derramamento de sangue, pois o problema de mudar era a ordem do dia da vida da nação.

Ao apresentar o seu programa cuja vontade é pôr termo às injustiças e incoerências do regime fascista, as perspectivas e as propostas desenvolvidas no programa são os meios que permitirão aos portugueses, viver melhor, mudar de vida. Este programa é um programa de acção. Constitui um compromisso para com o país.

Cria uma situação nova, que permite instaurar uma verdadeira Democracia. A intervenção cada vez mais extensa e activa por parte dos trabalhadores tanto na gestão das empresas como da nação é uma exigência importante do nosso tempo. A planificação democrática terá por fim a satisfação das necessidades individuais e colectivas. Garantirá, além disso, o funcionamento coerente da economia nacional. O reconhecimento do papel e da pluralidade dos partidos implica a garantia dos seus direitos. Essa pluralidade, que deriva da liberdade de associação é um dos elementos que permitirão a livre expressão do sufrágio. Os partidos e agrupamentos políticos poderão formar-se e exercer livremente a sua actividade.

A democratização da função pública será uma das preocupações do governo. O aparelho do Estado deve ser distinto dos partidos.

Continua na página 2



O Dr. Machado de Matos, membro do Movimento Democrático de Felgueiras, a pronunciar o seu brilhante discurso

a letras de ouro e para todo o sempre na História da Pátria com a efeméride porventura mais bela do Portugal deste século.

É a Nação, a Nação: autêntica, que desperta da noite tenebrosa, entrecortada de pesadelos tremendos, a que a votara a camarilha fascista que nos governou neste meio século.

É Portugal, um Portugal renascido, que acorda ao som vibrante das estrofas do seu hino, cantadas agora e pela primeira vez, desde há quarenta e oito anos, com expressão autêntica das virtualidades da Pátria.

Desta Pátria vilipendiada, quase destruída, sugada a todas as horas na sua verdadeira expressão nacional pelo grupo totalitário que a roubara ao Povo e a mantinha sinistramente agulhoada a interesses inconfessáveis pela força terrificante das armas injustas, das odientas matracas da polícia política e da vergonha dos Tribunais de Excepção.

Uma Pátria em nome da qual se praticava o permanente anátema de expulsar do seu seio os filhos que mais a queriam vivificada e digna, mantendo-os segregados nas masmorras da PIDE, matando-os, muitas vezes, ou fazendo-os penar, longe dela o pecado de a terem amado muito.

cada vez mais miserável e arrastado para o abismo.

Uma Pátria de negregados monopolistas escarranchados na árvore do governo, a permitir-se a vergonha de exportar, em chocante eufemismo negroiro, o cerne do trabalho português para viver, de-



Imagem elucidativa do que foi a manifestação de apoio às Forças Armadas

"Manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas em Felgueiras"
In: Notícias de Felgueiras, 11 de maio de 1974, p. 1 e 4.

"O Povo unido jamais será vencido"

Ln: Jornal de Lousada, 18 de maio de 1974, p. 3.

O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

A exemplo do que se vem passando de norte a sul do país, Lousada não podia ficar indiferente às manifestações de regozijo pelo feito do MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS. Assim, através do convite feito pelas freguesias, ao povo Lousadense e cujo teor exortivo se encontra publicado noutra local, reuniu-se no passado dia 28 de Abril uma assistência calculada em mais de duas mil pessoas que, frente ao edifício dos Paços do Concelho desta vila, nem o frio e a chuva conseguiu afastar, demonstrando por esse facto o seu arreigado entusiasmo e apoio pelas liberdades fundamentais a que se propõe o M.F.A. através da JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL, de pronto nomeada, os elementos que compõem a Comissão Concelhia do M.D.P., deram início ao comício de apoio ao M.F.A., começando por falar, em 1.º lugar, o Dr. Abílio Alves Moreira, médico conceituado desta terra, cujas palavras transcrevemos em outro local.

Após calorosa salva de palmas, seguiu-se-lhe no uso da palavra o Snr. Dr. Arnaldo Mesquita que, depois de ter-se referido aos problemas fundamentais da liberdade, da democracia, do direito dos trabalhadores, pelo fim da guerra colonial, pediu desculpa de limitar os seus considerandos dado a grande rouquidão de que estava acometido, convidando para falar a grande combatente pela causa da liberdade e da emancipação da mulher portuguesa, a Engenheira Virgínia Moura, que em demonstração de apoio da Comissão Distrital do M.D.P. fez uma breve alocução em que referiu essencialmente: pelas liberdades políticas, pela amnistia e contra a repressão, pelo fim da guerra colonial, pelo aumento geral dos salários e contra a vida cara e, finalmente, contra os monopólios e a submissão ao imperialismo estrangeiro.

Seguidamente falou o estudante de Engenharia (candidato do M.D.P. na Campanha Eleitoral de Outubro findo), o companheiro Joaquim Pina de Moura que pondo o problema que vem afectando o ensino no nosso país em todos os escalões, disse: que só o restabelecimento das liberdades políticas, como o direito da reunião, de associação, de manifestações e a livre expressão do pensamento, o direito à greve, a supressão de todos os instrumentos de repressão política (com preponderância da extinção da PIDE/DGS), a libertação de todos os presos políticos bem como o regresso dos exilados, o fim da guerra colonial com a abertura de negociações com os movimentos de libertação das colónias na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência, o regresso dos nossos soldados, pelo fim da submissão ao imperialismo e ao poder dos monopólios nacionais e estrangeiros, pelo aumento de salários e combate ao incessante aumento do custo de vida. Terminou a sua alocução apelando para o combate decidido em torno destes objectivos, só possível com o movimento democrático aberto a todos os homens progressistas, como objectivo da conquista da verdadeira democracia.

Falou em seguida o operário Libertino Pinto que se debruçou sobre os problemas inerentes aos trabalhadores e leu a Declaração do M.D.P. de 26/4, transcrita noutra local.

Seguidamente falou o jovem democrata Clementino Mesquita a quem coube a tarefa de ler a Moção que noutra local publicamos.

E, finalmente, falou o operário metalúrgico António Mota (candidato do M.D.P. na campanha de Outubro findo) e, como intervenção nesta manifestação, leu a Declaração final do III Congresso da oposição Democrática reunido em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973 que noutra local apresentamos.

Salientamos que, o Comício decorreu com o máximo civismo, e após ter sido cantado o «Hino Nacional», o povo lousadense desfilou pelas ruas da vila e, com entusiasmo, gritava bem alto o seu amor à liberdade, à democracia, ao termo da guerra, ao regresso dos soldados, vendo-se um grande número de cartazes alusivos a todos estes «slogans» e muito principalmente ao de «O povo unido jamais será vencido».

Finalizando os breves apontamentos da reportagem deste acontecimento, quizeamos e obtivemos a indicação dos democratas que compõem, para o presente, a Comissão do M.D.P. de Lousada e que são os Srs.:

Rui Feijó

Dr. Abílio Alves Moreira

Manuel Pires Teixeira da Mota

Clemente Ribeiro de Bessa

Antero Alves Moreira

Francisco Fernando Ferreira.

AO POVO DE LOUSADA:

Chegou a hora que não queriam que tivesses na tua vida a hora de seres tu e seres, livremente, amigo dos outros.

Alguém que há perto de 50 anos se julgava dono de nós todos teve de abdicar e entregar o que indevidamente detinha ao seu verdadeiro dono: o povo que somos todos nós.

Preçamos de recomeçar PORTUGAL, de estar todos presentes nesta verdadeira Primavera.

Por isso e para isso ama-

nhá, Domingo, 28 de Abril, às 6 horas da tarde, é necessária a tua presença frente aos Paços do Concelho, para dizermos aos Homens que fizeram o movimento libertador que estamos agradecidos e podem contar connosco.

PELO FIM DA GUERRA COLONIAL

Viva a Democracia

Viva PORTUGAL

M.D.P. (Lousada)

POVO DA MINHA TERRA:

É um homem da tua classe, operário dum arte a que se aprem todas as portas, que tem hoje a oportunidade de vir falar, livremente, sobre o significado da hora que passa.

«Homem em quem por uma tortura de silêncio» de quase meio século, se foram acumulando medos, e a que foi faltando a coragem e a saúde para confrontações eficazes, homem que chegou a convencer-se de que a Terra Portuguesa, se havia transformado em «cão daninho, de germinações inúteis, Terra de desilusões e de cansaço».

Quero, embora tardiamente, penitenciar-me de ter descrido e prestar a primeira homenagem aos que, por tantos anos, tiveram a grandeza do sacrifício de si mesmos e puderam e souberam evitar a depressão que a tantos outros acometeu. Muito e muito e sempre agradeço aos homens e às mulheres que na cadeia e no exílio—que é também uma forma de prisão—, conseguiram manter vivo, manifestamente presente, o pensamento da libertação.

Obrigado, sim, aos que nunca pactuaram com a ditadura manifesta ou latente, da oligarquia dominante e foram trazendo sempre ao conhecimento da Nação os erros que praticava.

Bem haja essa imprensa corajosa.

Pois foram esses sacrificados que tornaram possível o movimento das Forças Armadas desse inesquecível 25 de Abril.

Sabéis muito bem o que foi tal jornada gloriosa: em poucas horas cai um governo, começam a desfazer-se as suas super-estruturas, constitui-se uma «Junta de Salvação Nacio-

nal» que vai dar-nos um Governo provisório e uma nova Constituição.

A maior conquista foi, sem dúvida, no momento que passa, a da liberdade da palavra.

Queremos usá-la para apoiar a Junta de Salvação pela Salvação que nos promete, com ordem e bom-senso.

Queremos a abolição dos monopólios, uma estrutura económica de que decorra uma estrutura social e ideológica que torne os homens mais humanos.

Queremos falar livremente de tudo, numa dialética de consciência e responsabilidade.

Queremos que se estabeleça um convívio cívico, sem hierarquias humilhantes.

Queremos que não seja preciso «fugir para a família» mas que a nossa Terra seja uma Família de famílias.

Queremos que se estabeleça um ensino válido, formativo e informativo, para que cada um ocupe o seu verdadeiro lugar.

Queremos a certeza do pão de hoje e de todos os «amanhãs».

Queremos acabar com o «mito» da pobreza inevitável.

Queremos «ter», «mas não só» porque também queremos «ser» pessoas.

Queremos que «se não morra a matar» nesta Terra de Portugal.

Queremos que se faça «Justiça» ao Povo, colocando sob a acção dum recta justiça os beneficiários da usurpação, os históricos opressores da Pátria.

E neste quasi—Inverno da minha vida eu quero para todos uma Primavera que me foi negada.

Dr. Abílio Moreira

DECLARAÇÃO DO M.D.P.

Um grupo de personalidades do Movimento Democrático do Porto, entregou ao Comando do Movimento das Forças Armadas do Porto, o seguinte documento.

«O Movimento Democrático do Porto, que há longos anos luta em condições difíceis contra o fascismo, manifesta, atra-

vés dos signatários deste documento o seu regozijo pelo derrube do governo fascista de Marcelo Caetano, bem expresso também nas grandes manifestações populares que desde ontem vêm tendo lugar por todo o País.

Derrube só possível porque, Coa@na na página 6

<h1>MIRADOURO</h1> <p>CINFAES RESENDE CASTELO DE PAIVA</p>		MÓVEIS 3-EMES PARA COZINHA CASTELO DE PAIVA	
		ANO 12 - N. 599 SEXTA-FEIRA 24 - 5 - 1974	Director: N. CERVEIRA PINTO Proprietário, Editor e Administração: MANUEL APOSSO DA SILVA
Redacção Administração Comp. Impressão - GRAFICA PAIVENSE - Av. General Humberto Delgado - Tel. 65317 - CASTELO DE PAIVA			

EDITORIAL

O movimento das forças armadas que se deu no dia 25 de Abril veio encher a Nação de alegria e confiança. Derrubando o regime fascista destruiu paralelamente a Censura e a polícia de estado. É na verdade motivo suficiente para nos regozijarmos radicalmente. Também nós, patriota sincero, espírito independente, éramos sujeito aos cortes da censura volta e meia. Sem que compreendessemos bem porquê. Nem éramos anti-patriota nem demagógico. Contudo...

Assim, não será demais que nos identifiquemos com tal movimento e apoiemos as directrizes e finalidades seguidas pela Junta de Salvação Nacional rendendo homenagem às nossas tropas pelo seu sucesso e exemplar actuação.

Também na nossa região, pacata e dispolitizada, a hora é de júbilo e de farta esperança. Terá chegado para nós todos o momento da liberdade de dizer, proceder e... pensar. Pensar capazmente para nunca se admitir, sequer, a perda dos direitos outrora alienados e agora recuperados. E, actuar discernidamente, para se não cair nas malhas de ditaduras, das esquerdas ou das direitas.

Na pessoa do General António de Spínola saudamos o ridente futuro da Pátria.

"Editorial"

In: *Miradouro*, 24 de maio de 1974, p. 1.

Bem haja, Senhor Presidente !

continuado da página 1

inspiraram o movimento de 25 de Abril ; e se alguma vez forem obrigadas a responder à violência com a força, fá-lo-ão sem hesitar, agora com a reforçada e legitimada autoridade de quem age em defesa da autêntica liberdade do povo português».

Foi com o maior júbilo que o Porto recebeu triunfalmente o heróico militar, o grande português, o amigo do povo, o timoneiro valente e firme que procura levar a nau lusitana ao porto de salvação. Os portugueses confiam na sua valentia, no seu apurmo moral de português autêntico de cujo patriotismo e firmeza já temos sobejas provas.

A enorme multidão que ocorreu a aclamá-lo, ali estava em gesto de confiança e de gratidão a ouvir-lhe a voz segura de quem quer e sabe traçar o verdadeiro rumo para um Portugal renovado em paz, alegria e prosperidade e na autêntica liberdade.

Todos viam nele o herói, o patriota, o verdadeiro amigo e em todos eles existia o mesmo sentimento que mora nos corações portugueses, a mesma gratidão que aqui repetimos no nosso mais sentido Bem haja, Senhor Presidente !

T. S.

24-5-1974

«N. P.» 3

Homenagem do F. C. de Penafiel às Forças Armadas

«Tal como havíamos noticiado, e só por falta de espaço não o inserimos no número passado, vamos hoje reproduzir a homenagem prestada pelo F. Clube de Penafiel, às Forças Armadas, após o glorioso feito do dia 25 de Abril.

O Rev. P.^o Antídio Coelho de Sousa, Director do F. Clube de Penafiel para as relações Públicas, e Director deste semanário, preferiu a seguinte alocução, antes do jogo Penafiel-Lourosa no nosso estádio, no dia 12 do corrente:

«Meus senhores.

Após o dia 25 de Abril, que ficará para sempre gravado na memória e no coração do povo português, é a primeira vez que a grande família desportiva penafielense, representada pela popular modalidade do seu futebol, se encontra e se reúne aqui neste seu belo estádio para mais uma jornada desportiva.

Não podendo pois o Futebol Clube de Penafiel ficar indiferente perante o gesto heroico das nossas gloriosas Forças Armadas, deseja aproveitar esta primeira oportunidade, para expressar o seu franco apoio, tanto às Forças Armadas como à Junta de Salvação Nacional numa demonstração pública e sincera não só da sua maturidade cívica como ainda do seu profundo desportivismo e, sobretudo, dessa já consagrada união que sempre lhe foi também apanágio e segredo, nas suas vitórias desportivas.

Quer assim o Futebol Clube de Penafiel, vincar a força eficaz da união dos seus desportistas, igual àquela que o nosso povo tão alegremente apregoa, porque capaz de provocar um constante crescimento

no campo desportivo, como preciosa colaboração e ajuda, nas restantes estruturas, aos Poderes ora constituídos, na condução de uma política mais autêntica.

Este recinto tem sido até hoje, palco de dias gloriosos e tristes, de vitórias conquistadas e perdidas, de risos misturados com lágrimas, enfim, de momentos diferentes, como diferentes e contingentes são as lides desportivas, porque humanas, em que o saber perder também é ganhar.

Mas a vitória que estamos vivendo e que agora desejamos assinalar, tem outro sabor e dimensão: é de todos, pertence ao desporto Nacional, que por isso mesmo se considera em festa, ainda que exibindo profundas cicatrizes de um passado muito próximo.

E' que, meus senhores, se nas frentes de batalha sempre houve soldados desconhecidos cujo heroísmo é justamente lembrado e exaltado na hora eufórica da consagração, igualmente nos momentos sombrios de provação e opressão em certas actividades, mesmo desportivas, houve também mártires desconhecidos que agora urge consagrar e reabilitar.

Ufanamo-nos de pertencer a esse número, por isso não podíamos deixar de explodir de alegria, por esta oportunidade, para pedir, com esta homenagem de saudação e de profunda gratidão do Futebol Clube de Penafiel às Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional, um desporto mais livre e mais acessível, mais justo e mais progressivo, para um Portugal também mais renovado.

Viva Portugal.»

Sequência dos acontecimentos

Eclodiu ao princípio da madrugada do dia 25 de Abril, em todo o País, um Movimento das Forças Armadas, que derrubou o Governo e entregou a Administração a uma Junta de Salvação Nacional.

A revolta teve como líder o General António de Spínola e foi iniciada às 0 horas e 30 min. com a ocupação da Escola Prática da Administração Militar. Trinta minutos depois era tomada a Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, ao mesmo tempo que unidades dos aquartelamentos da Figueira da Foz, Viseu, Lamego, Majra, Estremoz, Vendas Novas e Tomar, Regimento de Cavalaria 7 e Batalhão de Caçadores 5 de Lisboa, assim como doutros pontos do País, se começaram a movimentar para ocupar os pontos estratégicos escolhidos, sendo os estúdios da R. T. P., E. N., Rádio Clube Português e Aeroporto da Portela os objectivos imediatos.

Após a transformação dos estúdios do R. C. P. como posto de comando das operações, começaram a ser feitos comunicados à população nomeadamente de Lisboa, recomendando calma e a conveniência de recolhimento, para evitar que os acontecimentos atingissem a população civil, caso se notasse oposição por parte das forças que ainda se mantivessem fiéis ao Governo.

Ao mesmo tempo se prevenia as forças militarizadas da P. S. P., G. N. R., D. G. S. e L. P. para não intervirem, evitando o derramamento de sangue, que se pretendia não existir, responsabilizando com severidade os comandos que conduzissem os seus subordinados à luta contra o Movimento das Forças Armadas.

Às 6 h. e 45 m. estacionaram na Calçada da Ajuda, junto do Regimento de Lanceiros 2, quatro tanques «M-47» e 15 canhões bem guarnecidos de tropas.

Às sete horas as forças da E. P. A. de Vendas Novas instalaram-se no morro junto ao monumento do Cristo Rei, dominando perfeitamente toda a cidade de Lisboa.

Entretanto, eram 8 horas; forças que conseguiram sair do Regimento de Lanceiros 2, hostis ao Movimento, tomaram posição na Avenida da Ribeira das Naus. Ao mesmo tempo era obrigada a parar, na Rua da Madalena, uma coluna de 12 «jeeps» da G. N. R.

Às 8 h. e 25 m. e enquanto o General Andrade e Silva lograva pôr-se em fuga, saíam do Ministério do Interior os srs. Dr. César Moreira Baptista, prof. Silva Cunha e Contra-almirante Henrique Tenreiro que foram detidos pelas tropas revolucionárias.

Às 9 h. e 30 m. a fragata «F-473» fundeia em frente do cais das Colunas para logo se movimentar para o Alfeite, onde fica o Arsenal da Marinha.

As 10 h. e 30 m. adere ao movimento uma força que, sob o comando dum major, ocupava a Rua do Arsenal.

As 11 h. devido ao tiroteio registado no Terreiro do Paço fica ferida uma senhora.

A's 11 h. e 30 m. dá-se a rendição do Quartel General da Legião Portuguesa.

A's 11 e 45 anuncia-se estar próxima a hora da libertação, já que as Forças Armadas controlam o País de norte a Sul. Pede-se o encerramento de estabelecimentos comerciais. Se a ordem não for acatada seria decretado o recolher obrigatório.

A's 12 h. e 30 m. as forças do R. C. 7, da E. P. C. e da Região Militar de Tomar, cercam o Quartel do Carmo, onde se encontrava o prof. Marcelo Caetano.

A's 13 h. forças dos Fuzileiros Navais atacaram a sede do D. G. S. e soltam alguns presos.

A's 14 h. é instalado um posto da C. V. P. no cais do Sodré para prestar os primeiros socorros pondo a circular três ambulâncias pelas zonas mais movimentadas da cidade.

A's 14 h. e 30 m. um comunicado informa que o sr. Almirante Américo Tomás, o prof. Marcelo Caetano e outros membros do Governo se encontram cercados no Quartel do Carmo da G. N. R. e Lanceiros. 2

A's 16 h. foi hasteada a bandeira da rendição (branca) no Quartel de Lanceiros donde se tinham refugiado o sr. Almirante Américo Tomás, e os ministros da Marinha, da Defesa Nacional e do Exército. A C. D. E. proclama o seu apoio ao Movimento Militar.

A's 17 h. rendição do Quartel General da G. N. R. no Carmo

A's 17 h. e 2 minutos o General António de Spínola e prof. Marcelo Caetano estão em contacto telefónico. O capitão Salgueiro Maia anuncia que se vai proceder à cerimónia de transmissão de poderes do prof. Marcelo Caetano para o general António Spínola, no largo fronteiro ao Quartel, entoa o Hino Nacional.

A's 17 e 30 onze oficiais, que desde a intentora das Caldas da Rainha, se encontram presos na Trafaria, são libertados.

18 HORAS. Hora da liberdade. O General António Spínola recebe o poder das mãos do prof. Marcelo Caetano.

A's 18 e 40 a R. T. P. difunde o primeiro comunicado do Movimento através da sua emissão.

A's 19 h. e 30 m. forças do regimento de Infantaria e Artilharia Ligeira 3 cercam o Quartel-General da Região Militar de Évora, que se rende sem resistência.

A's 20 h. rajadas de metralhadora, disparadas dum das varandas do edifício da D. G. S. atingem mortalmente cinco pessoas. 30 minutos depois uma coluna militar do R. I. 1, da Amadora e do R. C. 3 de Estremoz cerca o edifício da D. G. S.

A's 21 e 30 um elemento da D. G. S., que resistiu a um militar que procurava identificá-lo, foi abatido por uma rajada de «G 3» ao tentar fugir.

DIA 26:

1 h e 25 m. o sr. General António de Spínola, acompanhado dos membros da Junta, faz uma comunicação ao País através da R. T. P.

A's 6 h. o sr. Marcelo Caetano, Almirante Américo Tomás, os ex-ministros Moreira Batista, Silva Cunha, Rui Patrício e Rui Sanches e vários outros membros do Governo embarcam num «D C 6» da Força Aérea que os transportou para a Ilha da Madeira, onde foram instalados num hotel do Funchal.

A' partida o General António Spínola manda prestar honras militares ao chefe do Governo deposto.

25 de Abril de 1974

O DIA DA LIBERDADE!

Há quarenta e oito anos que tínhamos emudecido! Há quarenta e oito anos que nos algemaram, que nos meteram em calaboiços infernais, que nos infligiram tormentos sem par, que nos roubaram às nossas mulheres e aos nossos filhos, fazendo de nós os mais ridículos sacripantas e pobres títeres esfaimados nas mãos daqueles que se apoderaram do Poder, senhores supremos da violência e do medo com que principiaram a tratar-nos!

Há quarenta e oito anos que nos cobriram de vergonha, fazendo-nos viver no opróbio, na escuridão e na lama, calcando-nos aos pés! Foi outro 1580! Só os Judeus, nos «ghettos», sofreram o que nós sofremos, perseguidos como cães e pelos cães das hordas sanguinárias hitlerianas abocanhados!

Também como cães fomos nós perseguidos, também contra nós açularam a sanha diabólica e feroz dos cães!

Mordidos, espezinhados, açoitados, reduzidos a trapos, encerrados em masmorras, sujeitos a torturas que tão longe deixam a perder de vista as da chamada Santa Inquisição, inconcebíveis e ignóbeis, a tudo soubemos resistir!

E que venham mais torturas, e mais prisões, e mais vergastadas, e mais sujeições a aviltamentos sem nome, e mais encerramentos em celas sem luz e sem ar—mais cães e mais algemas!

Outro vinte e cinco de Abril há-de vir! E valerá sempre a pena morrer para ver a Luz desse dia! Que mais valera a morte do que aquilo que de nós fizeram durante quase cinco dezenas de anos!

Vinte e cinco de Abril de 1974!

Liberdade, Liberdade, Liberdade!

Aprendamos Liberdade! Respiremos Liberdade! Vivamos e morramos, mas que a Vida seja em Liberdade e que a Morte nos venha encontrar em Liberdade!

Que os dicionaristas portugueses, de futuro, e à frente da palavra Liberdade, não se esqueçam jamais de pôr: 25 de Abril de 1974! E todos ficarão a saber o que o termo Liberdade significa!

Porque não haja dúvidas: todos quantos nasceram de 1925 para cá nesta terra que dizem ser a Pátria abençoada da Liberdade, apenas daqui por diante ficarão a saber o que é a LIBERDADE!

M. REBELO DA COSTA

Manifestação de regosijo

Cerca das 14 horas de sábado, os estudantes e jovens desta cidade promoveram uma manifestação de regosijo pelo momento impar que a Nação atravessa e de reconhecimento às Forças Armadas.

Do Largo da Ajuda, onde foi organizado o cortejo, com dísticos expressivos, cânticos e «slogans» apropriados, algumas centenas de jovens atravessaram a cidade e dirigiram-se à unidade militar local onde o Comandante do RAL 5, Coronel Cirne, oficiais e parte da Guarnição formada à porta de armas receberam com simpatia os manifestantes que entoavam o Hino Nacional.

A sr.^a Dr.^a D. Alice Nemett, acompanhada de seu marido sr. Eng. Carlos Paquim, entraram na unidade e foram levar ao comandante um ramo de cravos vermelhos como preito de gratidão, oferta que aquele oficial aceitou e pediu para que o mesmo fosse deposto

no obelisco existente frente ao aquartelamento. Assim foi feito e aquela senhora e marido, acompanhados do Comandante e mais oficiais depuseram o ramo de cravos no obelisco, ao som da Portuguesa, ouvida em sentido por todos os presentes.

No jardim Egas Moniz muitas centenas de pessoas presenciaram o acontecido, regressando os jovens ao ponto de partida onde, no Largo da Ajuda, frente à sede da ex-Legião Portuguesa foi rasgada a bandeira daquela organização, na varanda do prédio, por jovens manifestantes.

Junta de se Preside o General

É a seguinte a constituição da Junta de Salvação Nacional: srs. general António de Spínola, presidente; general Francisco da Costa Gomes; brigadeiro Jaime Silvério Mar-

*"Manifestação de regosijo"
In: Notícias de Penafiel
3 de maio de 1974, p. 4.*

25 de Abril

Uma data célebre. Uma data histórica. Uma data que não esquecerá mais, como, por exemplo, o 1.º de Dezembro de 1640 ou o 5 de Outubro de 1910. Uma data para comemorar no futuro como feriado nacional.

Finalmente, a noite escura do fascismo português chegou ao fim. Longa noite, que durou quase meio século. Quantas vítimas, quantas injustiças, quantos ódios...

Mas surgiu a radiosa aurora do dia glorioso do 25 de Abril.

As Forças Armadas fazem a revolução — a revolução das flores — logo apoiadas pelo Povo que, não obstante a opressão e férrea repressão de tantos anos (e talvez por isso mesmo), tirou as algemas e mostrou consciência do que vale e de civismo inegável.

Com o programa divulgado pela Junta de Salvação Nacional, contendo, aproximadamente, as reivindicações dos movimentos oposicionistas de há bastantes anos a esta parte, dá-nos a perspectiva duma autêntica Democracia.

Aguardemos, pois, serenamente, com Esperança, Paz e Unidade, indispensáveis para consolidar o Portugal novo. O Portugal ressurgido de todos e para todos os portugueses.

Viva a Democracia!
Viva a Liberdade!
Viva Portugal!

A. J. M. C.

"25 de Abril" / A. J. M. C.
In: *Gazeta de Paços de Ferreira*,
23 de maio de 1974, p. 1.

Calorosa recepção nesta vila ao Capitão SARMENTO PIMENTEL

Organizada pela Comissão Concelhia de Felgueiras do Movimento Democrático Português, realizou-se no dia 1 do corrente uma manifestação de recepção ao Capitão Sarmento Pimentel, o mais antigo exilado político português.

Nos limites do concelho, o velho capitão, transmontano de origem e felgueirense de coração, pois foi em Felgueiras que passou os dias «mais felizes da sua juventude», era aguardado por companheiros de luta e de resistência, dali seguindo em cortejo automóvel, no qual se incorporaram duas viaturas dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras, para o edifício dos Paços do Concelho.

Na praça da República, numerosa multidão, entre a qual inúmeras

ros jovens — alguns sem nunca terem ouvido falar dele antes do glorioso dia da libertação, aguardaram a sua chegada aplaudindo vibrantemente o indomável lutador contra a era fascista, gritando o «slogan» que fará história. O Capitão Sarmento Pimentel passou revista à guarda-de-honra prestada pelos bombeiros locais, e com um enorme ramo de cravos vermelhos, flor nacional por excelência, deu entrada na Câmara Municipal dirigindo-se para a varanda central.

Através da instalação sonora, usaram da palavra, os srs. dr. José Maria Machado de Matos; dr. Vilhena de Andrade, pelo P. P. D.; Fernanda Coeiho, estudante, pelo

Movimento Democrático de Mulheres; dr. Santos Silva, pelo P. S. P., os quais saudaram o homenageado e enaltecera a acção libertadora do Movimento de 25 de Abril.

Em nome da Comissão Concelhia de Felgueiras do Movimento Democrático Português, interveio o trabalhador-estudante Fernando Luís Teixeira Diogo, que afirmou:

Certa de interpretar os sentimentos do povo de Felgueiras aqui presente, a Comissão Concelhia de Felgueiras do Movimento Democrático do Porto saúda o capitão Sarmento Pimentel e alegra-se com o seu regresso à terra donde foi expulso por a querer

Continua na página 4

"Calorosa recepção nesta vila ao capitão Sarmento Pimentel"
In: *Notícias de Felgueiras*, 8 de junho de 1974, p. 1 e 4.

A redescoberta da Democracia

P.e António Morão

A revolução de 25 de Abril abriu os caminhos para uma nova maneira de viver em Portugal. Todos os portugueses são chamados, agora, à participação activa na vida pública. A primeira parte da luta que temos de travar, é e será ainda durante algum tempo contra o fascismo, tanto mais que este ainda não desarmou completamente. A democracia a instaurar em Portugal não poderá ser a democracia meramente política. Esta democracia burguesa, embora tenha desempenhado um papel histórico importante, não foi capaz de construir um mundo de justiça e de igualdades reais.

Por isso, em Portugal podemos tentar, aproveitando as experiências e fracassos de outros povos, construir uma nova comunidade política avançada, já que a experiência em curso pode ser um caminho diferente dos até agora trilhados na Europa. Pela primeira vez no Ocidente, após a guerra fria, os comunistas partilham as dificuldades de governar. A experiência falhou na França e na Itália e depois da guerra. Em Portugal, a corresponsabilidade governativa, assumida pelos comunistas, não pode ser interpretada como simples manobra; há que ver neste acto uma decisão histórica. As circunstâncias do após guerra impediram na Europa aos comunistas a continuação da experiência. Durante muitos anos, até ao Programa co-

mum com os socialistas em França, eles remeteram-se cautelosamente para a oposição sistemática e para uma atitude crítica que lhe permitia conservarem as mãos limpas e descomprometidas com uma política concreta. Em Portugal, iniciou-se um regime que, embora provisório, vai precisamente pelo caminho da cooperação franca com todas as forças progressivas do país.

A experiência tem de se acompanhar com toda a atenção e merece que se procure levar a bom termo. Não somos tantos que desperdiçamos boas vontades e talentos. O projecto comum pode ser a elaboração de uma democracia avançada no respeito integral das liberdades fundamentais.

O primeiro sentido da democracia é precisamente este: o regime que assegura as liberdades públicas, liberdade de pensamento, de expressão, de associação, de religião, etc..

Não é suficiente o respeito legal por todas as formas de pensamento; é preciso dotar o povo de reais poderes com papel activo na determinação da política a seguir. Por isso, surgem os partidos como instrumen-

tos de participação política e de mediação governativa. O regime parlamentar é, por conseguinte, uma das formas históricas mais conhecidas da democracia.

Mas não basta, para os novos tempos e para a evolução da humanidade, esta forma democrática porque não logra resolver todos os problemas humanos. O acento tónico da democracia ocidental põe-se na liberdade. Mas à liberdade formal nem sempre corresponde a liberdade real. A democracia a instaurar e a fortalecer em Portugal, não pode reduzir-se a um conceito legal; não significa somente um modo de governar, deve designar um modo de vida do cidadão, e exprime a condição do cidadão; e significa ainda todo o esforço feito comunitariamente para que esta condição tenha um sentido cada vez mais igualitário, favorável aos trabalhadores.

A conquista desta democracia é a tarefa essencial dos nossos dias e o projecto que um governo virado para o futuro, deve propor como obra colectiva. A democracia, reduzida ao jogo parlamentar e dos partidos, não satisfaz as aspirações das massas que querem realmente libertar-se de todas as servidões.

No momento actual, o país paralisado ensaia os primeiros passos e reconeça a andar nos caminhos difíceis da democracia não admira que a sua marcha pareça vacilante e tome aspectos caóticos por vezes.

Continua na página 2

Comentando!...

Fortunato Machado

100 dias passaram após a revolução de 25 de Abril, obra das Forças Armadas da Nação na pessoa dos seus jovens oficiais e soldados; certidão segura duma continuidade de abertura política, social, e económica que vem tendo as esperadas dificuldades e naturais embaraços.

Uns, obra de instabilidade económica que cientificamente o regime deposedo soube encobrir e matreioamente enganar. Outros, fruto natural da reacção dos que, sentindo-se batidos, não querem aceitar a derrota e procuram desvirtuar a vitória. Uns e outros no entanto, herdados conscientemente! E em consciência e dignidade serão superados!

Todavia, embora o Movimento das Forças Armadas tenha levado o «primeiro toque» após alguns dias de Governo, de homens em quem acreditou e constituíram o 1.º Governo Provisório, o certo é que, depressa demonstraram de forma inequívoca, categórica e total, aos mais pessimistas, qual o rumo que os norteava, e quanto vale um ideal feito de justiça e igualdade, que se deve a todos os homens, quando nos consideramos verdadeiros homens. Não há receios de reacções ou confrontos, quando o caminho que trilhamos visa a construção dum mundo novo, onde todos os homens se sintam verdadeiros irmãos na fraternidade, no respeito, na igualdade! Sabem bem estas palavras. Não serão

doces para alguns, mas são necessárias à maioria...

O povo ama os seus filhos tal e qual os «Senhores» amam os dele. Na choça humilde de África ou no palácio do rei de Espanha, o homem nasce exactamente da mesma maneira e coberto com o mesmíssimo manto. O mais que poderá diferenciá-lo, é a cor...

O Povo tem direito à luta pelos seus interesses, pela independência, pela liberdade, pela vida.

Não, à obrigação de lutar por interesses alheios de cujos lucros só lhe pode advir a insegurança, a invalidez, o abandono, a morte! E ninguém deseja, e ninguém gosta de se sentir «apartado». Ninguém ama a fome, a sede e a miséria. Ninguém aguenta ouvir os filhos pedirem pão, roupa, casa. Ninguém consente ser tratado como escravo, admitido como servo, separado como animal. E isso acontece!

A guerra que travámos tudo nos levava, tudo nos negava... e sem qualquer razão no direito de a fazer, de a continuar. Ha guerras que só têm sentido pelos altos interesses que as movem e as sustentam. Interesses de alguns, pagas por todos, executadas pelos que as não desejam. E porque não podem ser totais, prolongam-se indeterminadamente e da mesma forma vão ceifando vidas,

Continua na página 2

COMO ASSASSINARAM O General Humberto Delgado

NOVO SURTO

A nação portuguesa vive uma hora que poderá ser das mais altas da sua história. Com efeito os acontecimentos do 25 de Abril puseram em marcha um processo cujo alcance político e social poderá ter, (e não só para o povo português mas também para outros povos) as mais esperanças e salutareas consequências. O golpe de estado de Abril, logo seguido duma revolução pacífica, sem traumatismos sociais violentos, poderá bem ficar como uma baliza a marcar dois ciclos bem distintos

da vida política e social do país: o fim de um Portugal velho, carregado de sisudez e de preconceitos, orgulhoso dos seus pergaminhos e das suas façanhas, sonhador de grandezas utópicas e alienado da sua missão no mundo moderno, e o nascer dum Portugal novo, voltado decididamente para as realidades do presente, pretendendo acompanhar a Europa progressiva, enquadrando-se, finalmente, numa forma nova e racional de estar no Mundo.

Os primeiros passos já foram dados nesse sentido. A descolonização, um dos pas-

sos mais significativos e que mais coragem suscitou, pois não é fácil a qualquer país alijar de si o peso dum império de quinhentos anos, veio-nos abrir as portas da Europa e do Mundo para que possamos caminhar seguros e confiantes. Ficam para trás os velhos caturras com as suas ideias anquilosadas irremediavelmente sepultados no passado. Os velhos, que pretendiam ingenuamente (ou criminosamente) amarrar-nos para sempre no tempo, como se isso fosse possível. Não tan-

(Cont. na pág. 2)

Soldado amigo, o povo esteve contigo!

Pois é verdade, meu caro Joaquim Carvalho Luís.
O povo esteve contigo. E esteve contigo desde o Regimento, onde encontraste a morte, até à tua terra, até Freixo de Baixo.
O povo esteve contigo estrada fora, nesses intermináveis quilómetros, da «grande cidade», ao quase desconhecido Freixo de Baixo.
Vieste, por aí acima, entre alas de povo, esse povo humilde que jamais soube regatear o amor, a união que tanto vibram nas horas de alegria, como nas horas

continua na página 2

"Soldado amigo,
o povo esteve contigo!" / António Pedro
In: *Flor do Tâmega*, 23 de março de 1975, p. 1 e 2.

Soldado amigo, o povo esteve contigo!

continuado da página 1

tristes, nas horas de angústia.
Vieram à estrada prestar-te homenagem. Trazer-te as suas lágrimas. As orações. Os cravos vermelhos, os gladiolos, as violetas, esses montões de flores que encheram camionetas e camionetes.
E a fazer-te guarda de honra os teus camaradas de armas. Os operários, como tu, nos seus fato-macacos.
Todo esse povo humilde que argamassa dia a dia com suor e lágrimas este Portugal Novo, este Portugal Progressista que todos queremos, que todos pretendemos, que todos exigimos.
E lá em Freixo de Baixo ficou o teu corpo. Levaram-te lá, centenas e centenas de teus conterrâneos. O teu nome simples ficará na História, na História que todos estamos a escrever. E a História, também, se escreve com sangue.
Soldado amigo, o povo esteve contigo!

F. S. G.

O funeral do soldado Joaquim Carvalho Luís, nosso conterrâneo, vítima da intentona fascista de 11 de Março, efectuou-se na passada sexta-feira, de Lisboa, quartel do RAL 1, para Amarante e constituiu a maior manifestação de pesar que jamais se viu em Portugal. Milhares e milhares de pessoas prestaram, na capital, as primeiras homenagens ao valoroso militar caído em defesa da Revolução do 25 de Abril e vítima inocente de um grupo de desviados.

Por entre alas compactas de um Povo choroso que apesar da chuva não arredou pé, o funeral partiu para Amarante. Em todo o País, à hora da saída do cortejo fúnebre o trabalho parou, num minuto simbólico, última recordação do Povo português a um filho seu. Coberta com a Bandeira Nacional, a urna foi colocada num armão do exército e recoberta depois com dezenas de bouquets. Atrás, três camiões vinham carregados de flores, que foram sendo cada vez mais ao longo do percurso. Em todas as terras o Povo prestou a sua homenagem, obrigando à paragem do cortejo e colocando mais bouquets sobre a urna.

Inicialmente prevista a chegada a Amarante para as 18 horas, desde muito cedo os amarantinos rumaram a Freixo de Baixo. Milhares de pessoas se juntaram, muitas delas com flores, as flores de despedida do seu valoroso conterrâneo. Também os Partidos políticos compareceram com os seus estandartes e «palavras de ordem». L.C.I., MDP/CDE, PC, PS, FEC (m.-l.) estavam na primeira linha.

Começou a chover, mas, apesar disso, o povo não fugiu. E, só ao ter-se conhecimento do atraso considerável que o funeral trazia, é que o povo começou a dispersar. Mas foi um dispersar para voltar. Assim, quando o cortejo fúnebre entrou em terras de Amarante e mais propriamente a partir do Alto da Lixa, os amarantinos voltaram às ruas e em silêncio viram passar em direcção à vila, os restos mortais do valente soldado.

No largo de S. Gonçalo em cuja Igreja o corpo ficou depositado, centenas de amarantinos esperavam o funeral. Seriam 23,30. À frente, as bandeiras dos Partidos Políticos, das Câmaras de Amarante e Marco de Canavezes. Viam-se também deputações de Bombeiros de Vizela, Felgueiras e Amarante. A urna foi transportada para a Igreja aos ombros de soldados do RAL 1, camaradas do soldado morto.

Durante a noite o povo anónimo passou, com compungida saudade, defronte da urna, velada por homens das Forças Armadas. Presentes, também, cerca de uma centena de trabalhadores, em fato de trabalho, da firma ENI (Electricidade Naval e Industrial), de Lisboa,

que acompanharam o funeral desde a capital até Amarante.

No dia seguinte, sábado, o funeral saiu da Igreja de S. Gonçalo às 10,30 horas com destino ao cemitério da terra natal do soldado: Freixo de Baixo. À frente o armão militar; logo atrás, as bandeiras dos Partidos políticos: PC, L.C.I., PS, MES (Guimarães), MDP/CDE, UDP, FEC (m.-l.) e da Câmara Municipal de Amarante, Colégio de S. Gonçalo, Escola Secundária e Sindicato dos Profissionais da Indústria Têxtil de Guimarães. Presentes ainda um grupo de Escuteiros da nossa vila, os Bombeiros Voluntários de Amarante e Vizela e trabalhadores da Dyrup.

Desde a saída da E.N. até à Igreja de Freixo de Baixo, cerca de dois quilómetros, o percurso fez-se por sobre uma vistosa passadeira de flores e verdes, última homenagem da freguesia ao seu heróico conterrâneo. Na românica Igreja foi celebrada missa de corpo presente pelo Rev. P.e Nelson. Depois foi o caminho aé à última morada, no



Queluz vai dar o nome do soldado Joaquim Carvalho Luís a um arruamento. A LUAR, ao tomar conta dum edifício abandonado há anos, na cidade do Porto, deu-lhe o nome de «Comuna Infantil Soldado Luís».

E Amarante?

pequeno cemitério paroquial, pequeno em demasia para conter todos os bouquets e ramos de flores oferecidos pelo Povo. Ali e logo após as cerimónias fúnebres da praxe, com a salva de tiros dada pelos camaradas do RAL 1, vários oradores em representação de diversos Partidos políticos e da Comissão Administrativa da Câmara Municipal usaram da palavra. Foi depois lido um telegrama, enviado ao Conselho Superior da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, de cujo texto damos nota: «Milhares Pessoas presentes em última homenagem Joaquim Carvalho Luís, morto no covarde golpe reaccionário de 11 de Março exigem exemplar justiça para os cabecilhas de tão criminoso acto. Para aqueles que não hesitaram em mandar matar este nosso conterrâneo, esse filho do Povo, exigimos que não haja o mínimo de condescendência.

O heróico soldado era filho do sr. Fernando Luís e sra. Aurora de Carvalho, a quem muito sentimentamente enviámos, em nosso nome e no de todo o povo amarantino que ao funeral não pôde estar presente, a expressão sincera do nosso maior pesar.

O Joaquim Luís morreu. Mas no coração do Povo, do verdadeiro Povo Português, ele viverá sempre, como exemplo verdadeiro de mais um Português autêntico: um Português que morreu no cumprimento sagrado da defesa do património nacional. Um amarantino que morreu para que a Revolução do 25 de Abril pudesse continuar a viver.

O Povo amarantino saberá honrar-te!

António Pedro

continua

23 - 3 - 1975 - Flor do

Mais cravos vermelhos para o 1.º ano da Revolução

As cidades, as vilas e as aldeias espreguiçavam-se ainda antes do novo dia.

Ninguém pensava em política, revolução ou guerra, doentes e traumatizados como estávamos com treze anos duma guerra sem sentido e sem terminos que tinha feito tombar os melhores de todos nós.

Nos meios de comunicação havia o silêncio. Avaria? E as pessoas começaram a pensar no Terreiro do Paço, nessa Lisboa tão longe e tão pouco acessível então...

E uma música se ouviu, numa voz um tanto marginalizada: o Zeca Afonso cantava a «Grândola - Vila Morena», marcha progressista que jamais se ouvira... Havia de facto qualquer coisa que nunca tínhamos vivido até então...

A primavera abria, lentamente, os seus olhos de menina mimada e berranta. Choveria? Abriam o Sol?

Veio o Sol. O povo saiu para a rua. Vieram todos: o homem de fato macaco manchado de óleo; o estudante; o agricultor que nesse dia não cavou; as mulheres que sofreram a marginalização, o abandono, a fome...

Os soldados faziam brilhar, no despertar da glória, os seus camuflados castanho-verdes e as espingardas ao ombro tinham ar de festa.

No Quartel do Carmo havia o diálogo entre um passado sem sentido, doente por dentro e por fora e o futuro que se abria promissor e sadio.

Tinha ganho o futuro.

Era dia de festa.

E as nossas mulheres que, ao longo da história, sempre estiveram lado a lado com as belas causas, arrancaram dos seus jardins, roubaram talvez ao enfeite dos seus mortos, os cravos rubros com que presentearam esses jovens que fizeram uma Revolução sem sangue. E, nesse momento histórico, fez-se um pacto que espantou o mundo: POVO - MFA.

Volvido um ano, ameaçado por contra-golpes de traidores, esse pacto saiu fortalecido e mais jovem.

O exército é agora um exército a valer — saiu para a rua, para o interior da montanha, para erguer, construir, ajudar, dinamizar. Jamais para matar.

Esta a história maravilhosa que, volvido um ano da Revolução, «F.T.» vem avivar aos seus leitores, aos de cá e aos que espalhados pelo Mundo e por «Terras de expressão lusiada» têm os olhos postos no altar da Pátria.

E como são lindos os cravos de Portugal!

F. S. G.

A jornada do 11 de Março na vila de Cinfães

Logo que se começou a ter conhecimento de que algo estava acontecendo por Lisboa a vila de Cinfães começou a agitar-se numa expectativa que mais aumentava à medida que as notícias, a princípio confusas e imprecisas, se iam clarificando.

Pelas 14 horas, hora do «cafezinho» o «centro» regorgitava de grupos que, mais ou menos animados e curiosos, mas com optimismo, interessados, comentavam os últimos acontecimentos.

Ao nível dos três partidos mais representativos no concelho, MDP/CDE, PS e PC foram encetados urgentes contactos. Assim pelas 17 horas dado o facto de haver sido propagada a notícia de haver sido ocupada militarmente

a Serra do Montemuro, foi resolvido que para lá partissem, num automóvel, alguns dos elementos mais activistas, com intuíto de completo esclarecimento da situação, para ulterior tomada de posição.

Pelas 21 horas, não só pela vila, mas alargando-se mesmo aos lugares vizinhos, começou a circular uma caminheta com amplificação sonora que, em nome do MDP fez apelo à calma e ao optimismo na caminhada para um Portugal rejuvenescido.

Foram feitos apelos à estreita vigilância Povo - MFA, que cada vez mais se impõe e recomenda, numa atitude esclarecida e consciente, apelos que, ecoando pelas quebradas

Continua da página 5



"A jornada do 11 de Março na vila de Cinfães"
In: *Miradouro*, 22 de março de 1975, p. 1 e 5.

JORNAL DE LOUSADA

Fundador
JOSÉ TEIXEIRA DA MOTA
ANO 69 Nº 3865
SEXTA-FEIRA, 22/4/77

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

Vão realizar-se em todo o País actos festivos em comemoração do 3º aniversário da Revolução das Flores - o 25 de Abril de 1974, hoje o Dia de Portugal. As comemorações vão ter um carácter nacional com uma especial participação das crianças. Também em Lousada o dia vai ser festivamente assinalado com um programa para todos os gostos, programa este que se começa a cumprir no sábado, dia 23, com provas desportivas e variedades apresentando conjuntos típicos do concelho.

O domingo, dia 24, terá provas de atletismo e duas sessões de teatro, por jovens artistas do concelho.

O programa do dia 25 iniciará-se-a com desfile pelas ruas da Banda Musical de Lousada e Rancho Folclórico de Nespereira, tendo lugar às 10 horas uma sessão solene nos Paços do Concelho, que culminará com o desceramento de uma placa alusiva.

Na parte da tarde a Banda Musical de Lousada dará um concerto.

Também neste dia se realiza um Concurso de Desenho, aberto a todos os concorrentes residentes no nosso concelho, com temas alusivos ao 25 de Abril.

PERANTE DEUS, MAS...

Sim, perante Deus todos somos iguais, mas não incluindo os incorrigíveis que praticam iniqüidades. Neste sentido, portanto, a igualdade começa já por não existir - uns são filhos de Deus e outros filhos do diabo. Aqueles merecem respeito e veneração, e quanto a estes ... nem se sabe bem o que merecem.

Creio que se a maior parte dos cristãos fosse mais perfeita, o comunismo de Cristo venceria um outro... cujo tronco irradiou seus ramos por to-

(cont. página 3)

DIA DE PORTUGAL

D.M.L.

25 de
Abril

1974



"Comemorações do 25 de Abril" /
"Dia de Portugal"

In: Jornal de Lousada, 22 de abril de 1977, p. 1.



RIBA TÂMEGA VILA MEÃ

DIRECTOR
Eduardo José Vieira
PROPRIETÁRIO
Casimiro Moreira

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AV. PEIXOTO E CUNHA

TELEFS. 93203
93383

VILA MEA (DOURO)
Publica-se nos dias 10 e 25

29 DE ABRIL DE 1974



SPINOLA

o Líder da Junta de Salvação
Nacional



Rendição incondicional DE MARCELO CAETANO AO GENERAL SPINOLA

„SUBLIME ACTO DE PATRIOTISMO”
a acção das forças armadas

Destruidos em Lisboa os arquivos
da censura

Amnistia imediata aos presos políticos
Abolição da Censura e exame prévio
permissão de Associações Políticas
garantia de liberdade Sindical
extinção de Tribunais Especiais e da
Polícia Política
extinção da A. N. P.
e da L. P.
reintegração dos Servidores do Estado destituídos por motivos Políticos

RIBA TAMEGA presente nesta hora em que todos os portugueses pululam envoltos duma esperança prometedora que tonifique o enfraquecido sentido Lusíada mercê de ingloriosas directrizes subjugadamente accites crendo na certeza viável doravante honrarmos gloriosos e históricos ecos que do passado longínquo nos chegaram por aqueles que serviram a nossa Pátria para nunca Dela se servirem.

"Spínola o Líder da Junta de Salvação Nacional"

"Rendição incondicional de Marcelo Caetano ao General Spínola"

"Sublime acto de patriotismo a acção das forças armadas"

In: *Riba Tâmega*, 29 de abril de 1974, p. 1.

VILA MEÃ CONSCIENTE TAMBEM TEM SIDO EXEMPLO CIVICO

Edição
COMEMORATIVA

«Portugal e o futuro»... mais presente

General António de Spínola

— um herói em várias frentes

Portugal e o seu futuro ficarão indissolvelmente ligados à figura do Sr. General António Spínola. Essa extraordinária figura militar que, à frente dos destinos da província da Guiné alcançou êxitos assinaláveis na promoção social dos naturais daquela Província é, para além do mais, um oficial distintíssimo que sempre soube honrar as Forças Armadas e servir o país.

As suas duas missões (a do governador da província e a do comandante em chefe das Forças Armadas na Guiné) conquistaram-lhe a admiração pelo seu grande espírito de disciplina, de firmeza, de coragem e, ao mesmo tempo, de humanidade, de tacto político, de comunicabilidade, que sempre lhe permitiram viver terra a terra com as suas tropas e com os seus governados. Desde 20 de Maio de 1968 até Agosto do ano passado, o sr. general António de Spínola exerceu o seu cargo na Guiné, em momentos cruciais da História daquela província, agindo sempre no melhor sentido possível, dentro da multiplicidade e complexidade das suas funções.

Como governador, soube integrar-se no ambiente, ouvindo-se dos anseios das populações, indo ao seu encontro e ganhando-lhes confiança e simpatia, imprimindo um novo conceito de administração, num espírito de abertura tal que muito dificilmente se apagará daquela terra a sua memória. Data dessa época uma frase em que ele se define como soldado e como político. Disse-a na reunião da Assembleia Legislativa da Província, em Mato do ano passado.

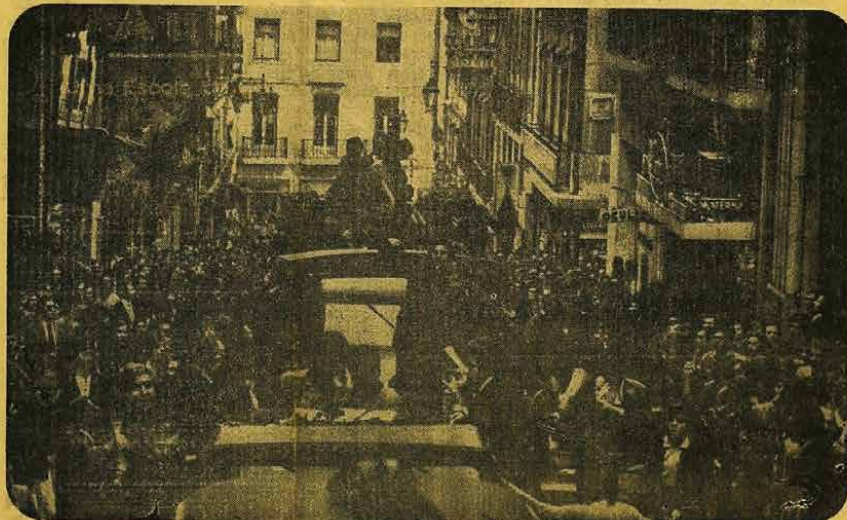
«A descentralização político-administrativa, conceito basi-

lar da sobrevivência nacional, não poderá deixar de estar presente no espírito de todos os portugueses».

Este conceito veio o sr. general António de Spínola a explaná-lo melhor no seu livro «Portugal e o Futuro», que rapidamente alcançou uma projecção excepcional no país inteiro e que lhe mereceu a destituição do cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, para que fora chamado pelo Governo, a indicação do titular daquele alto cargo sr. general Costa Gomes, seu companheiro desde a Academia Militar.

Oficial do Exército, da arma de Cavalaria, o sr. general António Sebastião Ribeiro de Spínola nasceu em Estremoz, em 11 de Abril de 1910, concluindo o curso secundário no Colégio Militar em 1928 e em 1932, o curso da sua arma na Escola do Exército. Em 1 de Novembro de 1937, foi promovido a alferes, servindo em diversas unidades militares como os regimentos de Cavalaria 2 e 7, e a G. N. R. No ano de 1945 ingressou no Ministério da Guerra e em 45 | 46, no Comando Militar dos Açores. Mais tarde aquando da eclosão do terrorismo em Angola serviu Norte daquela província.

Em Lisboa
a multidão
vitoriava
assim os
elementos
das Forças
Armadas



Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal
AMARANTE

AVENCA

RIBA TÂMEGA

COMPOSTO E IMPRESSO NA GRÁFICA DE VILA MEÃ

«Vila Meã consciente também tem sido exemplo cívico»
««Portugal e o futuro»... mais presente»
«General António de Spínola - um herói em várias frentes»
In: Riba Tâmega, 29 de abril de 1974, p. 4.

"Proclamação da Junta Nacional de Salvação: Garantir a sobrevivência da Nação como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental"

In: *Notícias de Penafiel*, 3 de maio de 1974, p. 1 e 4.

Proclamação da Junta Nacional de Salvação Garantir a sobrevivência da Nação

Como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental

«Em obediência ao mandato que acaba de me ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o país para a definição e consecução de verdadeiros objetivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de: garantir a sobrevivência da Nação, como

pátria soberana no seu todo pluricontinental; promover desde já a consciencialização dos portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas, que não de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do presidente da República; garantir a liberdade de expressão de pensamento; abster-se de qualquer

atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte;

evitar por todos os meios que outras forças possam interferir num processo que se deseja eminentemente nacional;

pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais, e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade

Continua na página 4

"A Junta de Salvação Nacional não sanciona faltas de respeito às hierarquias constituídas"

In: *O Jornal da Lixa*, 10 de maio de 1974, p. 1.

A Junta de Salvação Nacional não sanciona faltas de respeito às hierarquias constituídas

A Junta de Salvação Nacional distribuiu pela imprensa o seguinte comunicado:

«Tenho chegado ao conhecimento da Junta de Salvação Nacional que está a ser afectado o normal funcionamento de vários serviços públicos pela realização de reuniões dentro do horário de trabalho, nos quais, sem respeito pela legalidade, têm sido expulsas pessoas que actualmente ocupam postos de che-

fia, o que causa evidente prejuízo aos interesses nacionais e à ordem pública, informa esta Junta que não sanciona quaisquer faltas de respeito pelas hierarquias constituídas, às quais, se houver motivo, serão instaurados processos disciplinares para apuramento de responsabilidades.

Repete-se que são considerados actos de insubordinação e crimes contra

o Movimento das Forças Armadas e, como tal, rigorosamente investigadas todas as interferências na condução de assuntos públicos que só ao poder constituído compete.

Mais uma vez se apela no sentido de todos, com serenidade, retomarem o trabalho, se possível com o maior esforço e dedicação, em ordem à construção de um Portugal melhor».

GOVERNO NOVO

num Portugal Renovado

*S. Ex.º General António de Spínola
assumiu as funções de Presidente da
República, dando posse ao
Governo Provisório*

“Não serão traídas as esperanças nos corações dos portugueses”

Garantia do General Spínola

Não é sobre o ódio que se cria o Novo Mundo que desejamos”

Afirmou o Prof. Palma Carlos

QUARTA-FEIRA, pelas 16 horas, S. Ex.º o General António de Spínola, assumiu o alto cargo de Presidente da República, como chefe incontestado de um Portugal livre, renovado e rejuvenescido pelo Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril de 1974.

E ontem, quinta-feira, o novo governo assume as suas funções para com desmedido patriotismo mudar a face do País, que tem sem duvida problemas urgentísimos a resolver e tem de sê-lo com fé e coragem.

Factos consequentes e absolutamente necessários para que suceda a reestruturação que se impõe na nova Política de um País Democrático e Livre, que passou a ser desde 25 de Abril.

Até agora, e durante prolongada época, esses ideais estiveram afastados pelo regime deposto. Tantos portugueses, de tantas gerações, não conheciam o clima eufórico e de confiança que Portugal atravessa.

O rumo da história é outro e o que nos parecia um caminho que sem contestação havíamos de trilhar, está absolutamente mudado.

Tudo é novo, os homens e as ideias para «construir um País novo que Portugal há-de ser». Esses homens revitalizados pelo entusiasmo do povo, decerto se vão dedicar inteiramente à Nação, não desconhecendo, até porque S. Ex.º o Sr. Presidente da República o lembrou ao afirmar no acto de posse, que pesam sobre eles, e desde já, as maiores responsabilidades que alguma vez tocaram a governantes do País.



**S. Exc.ª Presidente da
República General
António de Spínola**

São as seguintes as individualidades que constituem o Novo Governo, e que ontem tomaram posse no Palácio de Belém, perante o S. Ex.º Chefe do Estado

Primeiro Ministro, Prof. Adelino da Palma Carlos; Ministros sem pasta, Dr. Alvaro Cunhal, Dr. Pereira de Moura, Dr. Sá Car-

neiro, escolhido para adjunto do Chefe do Governo.

Ministro da Defesa Nacional.—Tenente-co-
Continua na página 2

"Governo Novo num Portugal renovado"
In: *O Jornal da Lixa*, 17 de maio de 1974, p. 1.

O NOVO GOVERNO

O País tem um novo governo, governo este provisório e a que preside o Snr. Prof. Dr. Adelino de Palma Carlos, empossado na tarde do dia 16, no Palácio de Belém.

Na composição do novo gabinete foram incluídas individualidades das mais diversas tendências partidárias.

Primeiro - Ministro — Prof. Doutor Adelino da Palma Carlos.

Ministros sem Pasta — A'lvaro Cunhal, Prof. Doutor Francisco Pereira de Moura e Dr. Francisco Sá Carneiro

Ministro da Defesa Nacional—Tenente-Coronel do C. E. M. Mário Firmino Miguel

Ministro da Coordenação Interterritorial— Dr. António de Almeida Santos

Secretário de Estado da Administração — Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho

Secretário de Estado dos Assuntos Económicos — ainda por designar

Ministro da Administração Interna — Dr. Joaquim Jorge Magalhães Mota

Ministro da Justiça — Dr. Francisco Salgado Zenha

Ministro da Coordenação Económica — Dr. Vasco Vieira de Almeida

Secretário de Estado das Finanças — Dr. José da Silva Lopes

Subsecretário de Estado do Orçamento—Dr. António Costa Leal

Subsecretário de Estado do Tesouro — Dr. Artur Luis Alves Conde

Secretário de Estado do Planeamento Económico — ainda por designar

Secretário de Estado da Indústria e Energia —Eng.º José de Melo Torres Campos

Secretário de Estado da Agricultura — ainda por designar

Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo—Dr. Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar

Secretário de Estado do Abastecimento e Preços—Dr. Nelson Sérgio Melo da Rocha Trigo

Subsecretário de Estado das Pescas — ainda por designar

Ministro dos Negócios Estrangeiros — Dr. Mário Soares

Ministro do Equipamento Social e Ambiente —Prof. eng.º Manuel Rocha

Secretário de Estado das Obras Públicas— Eng.º Pedro Nunes

Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações—Eng.º Manuel Ferreira Lima

Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo—Arq.º Nuno Portas

Secretário de Estado da Marinha Mercante —ainda por designar

Subsecretário de Estado do Ambiente—Arq.º Gonçalo Ribeiro Teles

Ministro da Educação e Cultura—Prof. Doutor Eduardo Correia

Secretário de Estado da Administração Escolar—ainda por designar

Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica—ainda por designar

Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar—ainda por designar

Secretário de Estado de Reforma Educativa —ainda por designar

Ministro do Trabalho — Avelino António Pacheco Gonçalves

Ministro dos Assuntos Sociais — Dr. Mário Murteira

Secretário de Estado da Saúde — Dr. António Galhordas

Secretário de Estado da Segurança Social — Dr.ª Maria de Lurdes Pintassilgo

Ministro da Comunicação Social — Dr. Raúl Rego

"O Novo Governo"

In: *Jornal de Lousada*, 18 de maio de 1974, p. 1.

MAIO MOÇO NA ESFERA GOVERNATIVA

Dado por findo o prazo anunciado no manifesto das Forças Armadas e na proclamação da Junta de Salvação Nacional, e devolvido ao País e à consciência estrangeira o conceito de uma legalidade, ainda que provisória por um ano, podemos dizer que diminuíram apreensões.



General António de Spínola

Meditação, no entanto, pela extensidade das tarefas colocadas na frente dos novos governantes, a partir de 16 do corrente. Que pesadas responsabilidades sobre os seus ombros! Reconhecida a variedade política deste renovado Governo, em face das ambulatórias tendências da extrema progressista a uma centralização liberal.

Pensa-se e muito bem na arrumação da casa por dentro (economia debilitada) e África nossa à espera de soluções de concórdia. Duas facetas que os Ministros do Governo Provisório terão de tactear com serenidade e profundo conhecimento de causa. «Serão exploradas todas as possibilidades conducentes a uma paz benéfica no Ultramar Português» — afirmou o Senhor General Spínola, no acto de posse dos novos titulares.

«Uma revolução faz-se num dia, uma alteração das estruturas sociais é obra que exige longo estudo e longa ponderação» — depôs o Prof. Palma Carlos na véspera de assumir primordiais funções de Presidente do Conselho.

Não menos acutilante, por isso, a reestruturação dos nossos meios

de vida. Dois polos carregados de energia: Política & Economia, de mãos dadas, por entre um rosel florido que é o nosso Portugal. Dois polos de choque aplicados ao nosso Povo, nas camadas por consciencializar politicamente, e cuidar que as pretensões (em boa parte atendíveis, mas com pressa de perder o combólo...) serão sinal de vida à larga.

Trabalho e serenidade consolidam a liberdade conquistada.

Neste Maio moço a findar, em que se afirmaram (e firmam) as bases de um promissor sistema de vida democrática — acompanhando a Primavera no despertar de corpos e almas — justo se torna alertar a opinião pública.

Já o dissemos que o presente Governo Provisório se identifica por uma flexibilidade política, e porque não dizer que se identifique também como inflexível, exigindo a maneira como e quando dos sacrifícios da ostentação social. O povo, civicamente por mentalizar, não vá supor que as reivindicações serão a gama ilusória de vida sem erguer espinha.

A opinião pública deve ser esclarecida e alertada sobre este pendor. As greves teimosas acarretam ruína. Os Sindicatos estabelecerão o diálogo. Compreensão, comedimento, austeridade, visão real das circunstâncias é o que de momento se aconselha.

Não é sobre o ódio que se cria um novo mundo que todos desejamos. — Palma Carlos.

Igreja nova de Figueiró

A idela rompeu de acordo com a necessidade local. O Prelado está ao facto da iniciativa. Vários estudos encontram-se sobre a mesa das atenções. Obra em estilo «desencontrado» para o melo. Local — o mesmo da Igreja presente. Conquista de terreno... onde já é escasso. Orçamento — qualquer coisa como dois mil contos.

"Maio moço na esfera governativa"

In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 23 de maio de 1974, p. 1.

Grande manifestação de apoio à Junta de Salvação Nacional em Cinfães

Realizou-se, no passado dia 26 de Maio, promovida pelo Movimento Democrático Concelhio, uma entusiástica e memorável manifestação de apoio à Junta de Salvação Nacional.

Pelas 15 horas fez-se a concentração defronte dos Paços do Concelho, cujo largo ficou pejado de povo. Numa comparência maciça; numa presença espontânea. As casas de toda a vila encontravam-se com colgaduras nas varandas.

Grande cortejo percorreu então a artéria principal davila, em direcção ao Largo da Feira. Bandeiras nacionais, dísticos patrióticos, outros expressando aspirações locais, alguns sugerindo e pedindo o Prof. Cerveira Pinto para a Presidência da Câmara, etc., tudo ostentava o muito povo. Incorporaram-se ainda no mesmo cortejo as Bandas Marcial de Cinfães, Municipal de Tarouquela e da Casa do Povo de Ferreiros, tal como os Grupos Folclóricos de Pias e de Nespereira, Corporação dos Bombeiros locais e representações diversas.

Uma aparelhagem sonora localizada no referido Largo da Feira, transmitia, desde o dia anterior, música ligeira, com letras até há pouco censuradas e proibidas.

Durante o percurso, do Largo dos Paços do Concelho até ao referido Largo da Feira, foram descerradas duas placas, colocadas por iniciativa do Movimento Democrático cinfanense. Uma com os dizeres «Rua General Humberto Delgado» e e outra com «Largo 25 de Abril».

Página 6

"Autorizada a J. S. N. a nomear as Comissões do Controlo dos meios de Informação. Infracções punidas com multas que podem ir até aos 500 contos. Os Responsáveis serão entregues ao Foro Militar"
 In: Notícias de Penafiel, 28 de junho de 1974, p. 1 e 4.

Infracções punidas com multas que podem ir até aos 500 contos

Os Responsáveis serão entregues ao Foro Militar

Pelo Ministério da Comunicação Social foi enviado ao «Diário do Governo» o seguinte decreto:

«Considerando a necessidade de garantir a efectiva liberdade de expressão de pensamento preconizada no programa do Movimento das Forças Armadas;

«Considerando que a substituição do sistema político anterior terá de processar-se sem convulsões internas que afetem a paz, o progresso e o bem-estar da nação;

«Reconhecendo a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e de evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas que contrariem a execução do programa do Governo Provisório;

«Verificando-se que aos meios de comunicação social cabe a missão fundamental de cooperar activamente na reconstrução do país, dentro de um indispensável regime de responsabilidade, quer das direcções, quer dos corpos redactoriais;

«Entendendo-se ser necessário garantir ao povo português uma completa isenção da informação, baseada na verdade, na objectividade e no respeito da legalidade democrática e pelos direitos individuais, o que não era possível no regime de censura prévia administrativa, cuja abolição se mantém;

«Admitindo-se a vantagem de os órgãos privados de informação se orientarem de acordo com as suas tendências políticas, sem ingerências que possam impedir-lo, e de contribuirem com espírito crítico construtivo para tarefas de reconstrução nacional, participando no processo de democratização do país;

«Verificando-se a necessidade imperiosa de evitar o uso indevido duma liberdade que tem de ser responsável, de modo a impedir a condução do país a um clima de anarquia, através do incitamento à desordem e à violência;

«Usando da faculdade conferida pelo art.º 16.º, n.º 1, 3.º, da lei constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o governo provisório decreta e em promulga para valer como lei o seguinte:

«Art.º 1.º — Para salvaguarda dos segredos dos

aspectos militares e para evitar perturbações na opinião pública causadas por

Conjuntamente com o decreto que acima disungamos, foi publicado o seguinte regulamento anexo:

«Art.º 1.º — É lícita a discussão e crítica de doutrinas políticas e religiosas, das leis e dos actos da administração pública, assim, como da forma como os seus agentes lhes dão cumprimento, desde que sejam salvaguardados os direitos e os deveres dos cidadãos.

«Art.º 2.º — Para os efeitos do art.º 3.º do decreto-lei n.º.../74, de 20 de Junho, são consideradas em

agressões dos meios ideológicos mais reacçãoários, fica a Junta de Salvação Nacional autorizada a nomear a comissão Ad Hoc prevista na alínea G) do n.º 2 da secção A do programa do Movimento das Forças Armadas, para controlo da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, de carácter transitório, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema.

«Art.º 2.º — A comissão Ad Hoc fica na dependência directa da Junta de Salvação Nacional, conforme o disposto no programa do Movimento das Forças Armadas, funcionando em conformidade com o regulamento elaborado pela mesma Junta e anexo ao presente diploma.

«Art.º 3.º — A infracção aos

princípios do programa do Movimento das Forças Armadas e da lei n.º 3/74, de 14 de Maio, sujeitará as empresas que explorem meios de comunicação social, por decisão da comissão Ad Hoc, à aplicação de multa até 500.000 escudos e à pena de suspensão até ao limite de 60 dias, do órgão através do qual se processou a infracção, sem prejuízo da responsabilidade criminal prevista nas leis vigentes que possa ser exigida às pessoas singulares, as quais ficam sujeitas ao foro militar.

«Art.º 4.º — Das decisões da comissão Ad Hoc cabe recurso para o tribunal comum de jurisdição ordinária, a interpor no prazo de 15 dias.

«Art.º 5.º — O presente Decreto-lei entra imediatamente em vigor».

Proibido o incitamento à greve ou à desobediência militar

especial Infracções contra os princípios do programa do Movimento das Forças Armadas e contra a lei n.º 3/74, quando cometidas através dos meios de comunicação social:

«a) O incitamento ou provocação, ainda que indirecto, à desobediência militar, incluído nesta o desrespeito pelas leis e regulamentos militares;

«b) As ofensas ao presidente da República e aos membros do Conselho de Estado e do Governo;

«c) As ofensas a chefes de Estado estrangeiros ou representantes diplomáticos acreditados em Portugal;

«d) As referências a operações militares cuja divulgação não tenha sido autorizada pelo Estado-Maior General das Forças Armadas.

«e) Incitamento a grevas, paralisações de trabalho ou manifestações não autorizadas pela legislação em vigor;

«f) Agressões ideológicas que contrariem a execução do programa do Movimento das Forças Armadas;

«g) Prática, ou incitamento à prática, de quaisquer outros actos que a lei geral classifique como crimes;

«h) Publicação ou difusão de notícias falsas, designadamente quando feitas com vista a atingir os resultados referidos nas alíneas precedentes.

«Art.º 3.º — A reprodução das declarações do presi-

dente da República deverá sempre basear-se nos textos fornecidos pelos serviços oficiais. Sem omissões ou adição de títulos que possam alterar-lhes o sentido.

«Art.º 4.º — A comissão ad hoc prevista no art.º 1.º do decreto-lei n.º.../74, tomará as suas decisões no prazo máximo de dez dias a contar do conhecimento de infracção e notificá-las-á aos interessados dentro das 48 horas subsequentes.

«Art.º 5.º — O quantitativo das multas aplicadas revertirá integralmente para o Estado, através do Ministério da Comunicação Social, devendo a respectiva importância ser paga na tesouraria do mesmo Ministério em prazo não superior a 24 horas após a notificação da sanção.

«Art.º 6.º — A suspensão inciar-se-á imediatamente após notificação da sanção.

«Art.º 7.º — Durante o período da suspensão, a empresa responsável deverá respeitar todas as obrigações que lhe cabem perante os seus trabalhadores que não estejam na origem da infracção ou com esta relacionados.

«Aprovado pela Junta de Salvação Nacional, em 20 de Junho de 1974».



Serração de Penafiel
 (Leal & C.ª L.ª)
 Telef. 22585

Fábrica de Serração de Madeiras—Madeiras aparelhadas e em grosso—Madeiras para a construção civil.

Agentes de Platex (Placas de fibras de Madeira) Madeira prensada de aglomerados.

Comparamos qualquer quantidade de Pinheiros, eucaliptos ou castanheiros

Rua Abílio Miranda, 27
PENAFIEL

Manifestação Democrática EM AMARANTE

Na noite de 27, o Movimento Democrático de Amarante, solidário à Junta de Salvação Nacional em massa ordenada percorreu as ruas da vila, numa apoteose de civismo consciente e jamais esquecida. VILA MEÃ bem presente física e ideologicamente também mostrou do seu querer, do seu apoio e da sua solidariedade.

Nunca será demais afirmarmos que a ordem em que decorreu tão grande manifestação, paralela às directrizes de Spínola, honra de sobremodo todos os amarantinos que, dessa feita, exteriorizaram a sua maturação, a sua riqueza d'alma e o seu grito de alerta.

Exortação do M. D. de Amarante

POVO DE AMARANTE:

Nas ruas que hoje percorremos, e como hoje, numa grande vitória do Povo Português, aclamamos delirantemente aquele que então representava o nosso querer e todas as nossas esperanças de um País onde fossemos verdadeiramente felizes HUMBERTO DELGADO. Hoje, juntos novamente pelas renovadas esperanças de um País prestigiado, livre, aqui estamos a comemorar a vitória que as nossas gloriosas Forças Armadas alcançaram sobre o regime que há quase meio século nos dominava, mascarando sob a capa de uma falsa unidade, a opressão total que abatia sobre todos nós e de que a PIDE-DGS era a mais cruel e sangüinária representante.

Amigos! Estamos aqui livres. Estamos aqui porque vencemos o medo que anos de repressão criaram em nós. Estamos aqui porque estamos conscientes que este momento exige de nós forte união em torno dos homens que em seus ombros decidem tomar as responsabilidades de dar ao País um governo democrático, um governo que o voto de todos nos prestigie e fortaleça. Estamos aqui porque este momento exige de todos nós forte união em torno dos homens que em seus ombros decidem tomar as responsabilidades de dar ao País um governo democrático um governo que o voto de todos nos prestigie e fortaleça. Estamos aqui porque este momento é para nós o escape para muitos anos de mutismo forçado, para muitos anos de desconfianças uns nos outros, para muitos anos em que o espectro das prisões sangrentas era a paga para o estrabuchar das nossas democráticas convicções, para os anseios de uma vida melhor em que os Portugueses fossem donos e senhores do seu próprio destino. Estamos aqui porque agora vemos o nosso futuro com outros olhos, vemos Portugal um País reconhecido e respeitado entre as nações.

E aqui, tenho como testemunha o homem público que foi Lago Cerqueira, recordamos o passado glorioso das forças republicanas, recordamos todos os homens que sonharam um País sem desigualdades, um País em que o trabalho fosse justamente remunerado, um País em que através dos sindicatos os trabalhadores fizessem valer a sua força, um País em PAZ.

Mas se olharmos o passado com o respeito que tantas dádivas de próprias vidas ensanguentaram, viveremos o futuro com a força do nosso inviolável patriotismo, com a força do nosso trabalho. Sim, amigos, o futuro conquista-se com o nosso trabalho, com a nossa perseverança, com a nossa inabalável fé, com o nosso espírito, que saibam demonstrar que somos dignos de vivermos estes acontecimentos.

Nesta memorável noite dissemos PRESENTE. Que esta nossa atitude seja mantida em cada dia, defendida das forças reaccionárias que porventura surjam. Que esta nossa atitude seja a primeira de muitas outras que um País livre nos há-de por certo proporcionar. Que esta atitude seja a demonstração de uma vitória que, se é das Forças Armadas é, sobretudo do Povo Português. Hoje, amigos, orgulhamo-nos de ser Portugueses e este orgulho há-de fazer de nós um Povo próspero, rico, respeitável e respeitado.

Este é o movimento do Povo Português. Ele é a nossa força. Por ele lutaremos.

27-IV-74 MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE AMARANTE.

VIVA A DEMOCRACIA!

VIVA PORTUGAL!



Aspecto da Conferência de Imprensa dada pelo General António de Spínola; após se ter libertado das ocupações mais urgente, provocadas pelas operações de "limpeza"



Confie

OS SEUS IMPRESSOS

à Gráfica de Vila Meã

"Manifestação Democrática em Amarante"
In: Riba Tâmega, 29 de abril de 1974, p. 2.

MEUS AMIGOS

Acabou a tirania que nos oprimia. A partir de agora o povo português pode falar de tudo o que achar conveniente sem ter de deitar mão da muleta de olhar para o lado a ver se está algum bufa ou pide e com isso ter problemas. Problemas que podiam ser calúnias, de cadeia, de morte. Tal era a tarefa desses homens desalmados que tinham na repressão do povo, na sua morte ou vida, o seu ganha-pão. Profissão inclassificável. Fez a ruína de muitas famílias, antecipou a morte a muitos dos mais valiosos filhos da nossa Pátria, do nosso povo.

O «Movimento das Forças Armadas» encarnou os desejos do povo — a maioria. Ele foi ao encontro de quem sofreu e sofre das torturas da fome, da injustiça, da repressão intelectual, da guerra colonial. Esta data ficará na memória da gente do campo, da cidade e da aldeia. Ela traduz a vontade dum povo de querer ser livre, mas que esteve oprimido cerca de 50 anos.

De hoje em diante é-se livre neste país. De hoje em diante é possível a construção duma Pátria no bem e não no mal, na liberdade responsável e não na opressão premeditada. É possível a construção duma Pátria não só com o trabalho de alguns, mas com o trabalho de todos, de todos os que se prezarem de ser portugueses, pois nela não poderá haver lugar aos vendidos, aos assassinos, aos que vivem só do suor alheio.

De lés a lés no nosso país, no estrangeiro, Portugal sofria na sua carne as consequências dessa tirania que acabou. Foi o camponês que emigrou porque não recebia aquilo a que tinha direito. Foi o operário que saiu da fábrica porque não lhe pagavam o salário justo. Foi a mocidade que emigrou porque aqui não tinha onde trabalhar e se recusava a ir para a guerra colonial verter o seu sangue por uma causa injusta. Foi o intelectual que se exilou por não poder expressar o seu pensamento humano e autentico. Foi todo o nosso povo que podia ter melhor vida e não teve. Foi todo o nosso povo que podia ter uma economia de paz e teve uma economia de guerra. Tal é a carestia de vida. A subida desenfreada dos bens de consumo de primeira necessidade, máquinas e outras coisas.

A tomada de poder pelas Forças Armadas traduz um feito grande e pôs fim à mais vil humilhação que é um povo ser escravo, viver preso de pernas e mãos, não ser senhor do seu próprio destino.

Nós, trabalhadores, como toda a gente sabe, eramos forçados a manter-nos afastados de todos os problemas políticos do nosso país. Temos, neste momento, grandes tarefas a cumprir. Nas fábricas, no campo, nas casas de comércio, escritórios, etc. No plano político objectivo fundamental é lutar pela criação dum governo verdadeiramente representativo das massas populares. Mas para que esse objectivo seja conquistado é indispensável a participação activa e consciente de todos os trabalhadores nesta missão histórica. Todos nós trabalhadores teremos também de dar todo o apoio à justa aspiração dos povos coloniais à independência. No campo económico temos de lutar por sindicatos verdadeiramente representativos, pela criação em todos os locais de trabalho, de comissões sindicais, pela melhoria de condições de vida e de trabalho, pela diminuição dos lucros capitalistas.

VIVA A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL!
VIVA O GENERAL SPINOLA!
VIVA O GENERAL COSTA GOMES!
VIVA A REVOLUÇÃO — O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS!

POVO AMARANTINO:

O acto das Forças Armadas foi um processo que mal se iniciou. As forças do regime fascista e outros reaccionários estão ainda entricheirados, e só o povo organizado e associações políticas de acordo com o programa das Forças Armadas, é que todos nós poderemos construir um futuro onde não haja lugar para a exploração do homem pelo homem.

É nesse sentido que um grupo de patriotas lançou bases para um Movimento Democrático de Amarante, organização que convocou esta manifestação. Temos consciência das dificuldades, do trabalho arduo que a todos nos espera e, estamos certos, que o apoio popular é a única garantia da nossa vitória.

Recrutamento e formação de militantes, organização e agitação política, recolha de fundos e contactos com outros movimentos, são tarefas imediatas a concretizar.

É nesta perspectiva que dentro de dias ou semanas, o Movimento Democrático de Amarante convocará uma reunião para a discussão e aprovação de um programa político, contendo as directrizes do nosso movimento.

VIVA A LUTA DO POVO PORTUGUÊS!
TRABALHADORES, ESTUDANTES, FORÇAS ARMADAS UM SÓ COMBATE!
VIVA PORTUGAL!

Movimento Democrático de Amarante

"Meus amigos" / Movimento Democrático de Amarante In:
Riba Tâmega, 10 de maio de 1974, p. 2.

PÃO ÁZIMO

por A. GARIBÁLDI

Há alguns meses que não envio a minha colaboração periódica para os Jornais. Quanto mais se envelhece — mais dobram os trabalhos, embora eu entenda que se deve trabalhar até morrer.

A publicação de um «pão ázimo», na semana finda, neste jornal, espicaça-me a reatar o meu convívio com os leitores — até porque muitos já mo haviam perguntado se não colaboraria mais neste jornal e outros.

É verdade: o «pão ázimo» que aqui saiu a semana passada, foi cortado, há bastantes meses, pela famigerada «Censura à Imprensa», que tantos danos causou à Inteligência portuguesa.

Colaborando para a Imprensa há 42 anos, esses carrascos inquisitoriais do Pensamento, fizeram de mim um mártir, como de tantos e tantos outros que escrevem.

Mas agora, que somos livres, bendigamos essa liberdade.

Meu Pai, militar que se bateu de armas na mão contra a ditadura fascista, comandando soldados, na revolução de 3 de Fevereiro de 1927, teria alegria de ver chegar esta hora, se fosse vivo.

Mas eu sentirei por ele (e furiosamente) essa alegria, lutando.

E lembro os soldados e o povo que acompanhei nas manifestações do Porto, há dias, cantando, e com cravos rubros enfeitando armas e corações.

E lembro o empregado do hotel onde costumamos instalar-me, sempre que vou a Lisboa, e que há dias me dizia, agarrando-me as mãos, nessa manhã lavada do Rossio:

— Sr. Garibáldi, agora até o ar é mais puro.»

E continuava:

— «O povo é que tem de consolidar a Liberdade».

Belas e avisadas palavras, ditas por um homem simples!

E lembro o povo de Braga (minha terra Natal), de Guimarães, de Felgueiras — que acompanhei, partilhando com ele da eufórica alegria que era negada aos portugueses.

Sinto-me feliz, porque vou ser agora um homem livre. Começarei a minha vida aos 60 anos de idade; todos os demais, que os antecederam, fui frustrado; os poucos ou muitos anos que agora viver, quero que valham por toda essa frustração. Todo o meu trabalho intelectual ou político, por isso, será cheio de decidida determinação.

É preciso destruir todo um aparelho de embustes e de sofismas.

E lutando, e marchando, e cantando — enfeitemos o coração e a inteligência de cravos vitoriosos e rubros, a caminho duma vida melhor para todos os homens!

Pingos de Água

por ZACARIAS DE OLIVEIRA

Die o nosso povo, com a secular sabedoria que lhe pertence, que de boas intenções está o inferno cheio. Entendendo um pouco mais esse ditado, podemos afirmar que de boas palavras estamos todos saturados.

Esta onda de alegria que vai inundando Portugal de lés a lés é prova mais que evidente de que muita coisa corria mal e em todos os sectores da vida nacional. Entretanto, as palavras que escutávamos eram lindas, como belas eram as palavras escritas para grangear a felicidade de todos nós. Afinal, tudo se resumia em palavras, ia-se moendo no mesmo tom e as águas não chegavam, na realidade, lá onde deviam regar a vida.

Novas palavras apareceram, também elas promissoras de um mundo melhor. Essas palavras iniciais foram capazes de reunir um conjunto naturalmente dispersado e agitado por interesses da mais variada ordem: todos querem a paz, a justiça o progresso, todos anseiam dar as mãos às mãos, com lealdade e entendimento.

Perante o momento, compreendo as reservas e também os pessimismos: Cã por mim sinto-me optimista, evoco Santo Agostinho perante a invasão dos que iam destruindo a imperial ordem romana: Não é um mundo que se acaba, é um mundo novo que se começa. Na verdade, começou entre nós um novo mundo, houve Abril em Portugal.

Poderão as palavras actuais alinhar-se nas parteleiras ao lado das palavras antigas? Não sou tão ingénua que diga, sem mais nem menos, que é impossível. Tudo hoje se torna possível e um hábito velho de ficar contente apenas com as palavras pode viciar a sua concretização na vida real, lá onde as palavras se afirmam ou se desfazem em espuma.

Como evitar que tal praga nos entre pela porta dentro? Sabendo que as palavras escritas ou pronunciadas exigem a colaboração activa de todos para serem palavras de vida. As próprias palavras do Evangelho, o próprio Cristo Palavra de Deus, exigem colaboração dos crentes para não serem meros adornos de falseado ouro. Só a presença cada vez mais consciente de todos poderá enfrentar a reconstrução que importa fazer. Nenhum de nós está novo, todos temos de nos renovar, de ressuscitar, para usar uma palavra bem cristã.

Ora vamos lá enfrentar realmente a vida com um sorriso nos lábios!

Reunião Democrática

Embora muito prejudicada pelo mau tempo que não permitiu a comparência de número de pessoas no Estádio Municipal a reunião democrática realizada no passado domingo, foi mais uma prova de civismo do nosso bom povo.

Presidiu o sr. Dr. Armando Cota, Penafielense ilustre que embora residindo há muito no Porto, onde exerce a sua actividade como primeiro orador, manifestou o seu contentamento e agradecimento às Forças Armadas pelo movimento de libertação do dia 25 de Abril, terminando por saudar o Povo de Penafiel e «dizer-lhe que o povo seja quem mais ordena».

A sr.^a Eng. D. Virginia Moura saudou também o povo desta terra que mesmo debaixo das intempéries e dificuldades não arredou para manifestar o seu apele às Forças Armadas e ao Movimento Democrático.

Como últimas palavras dirigiu um apele às mulheres de Penafiel, para que acompanhemos homens tornando-se

eadãs que possam amanhã reclamar direitos porque também vão trabalhar na construção desta terra que é terra de todos nós.

Pela classe operária de Penafiel falou o sr. Joaquim Ribeiro da Silva focando o aspecto da emigração de operários portugueses que deixavam as suas terras, amigos e familiares para lá fora, procurarem um rumo de vida mais consentâneo.

Pelo movimento Democrático das Mulheres do Porto falou a sr.^a D. Fernanda de Carvalho e pelos estudantes o sr. Alberto Teixeira.

Está prevista outra reunião data e local a designar oportunamente.

Foi ainda lembrado que em homenagem ao ilustre e bondoso clínico penafielense, que foi Governador Civil do Porto e Director Clínico do Hospital da Misericórdia de Penafiel, sr. Dr. Joaquim de Araújo Cota, fosse dado o nome da actual Rua Serpa Pinte, onde nasceu aquela ails figura política da nossa terra.

"Pingos de Água" / Zacarias de Oliveira

"Reunião democrática"

In: Notícias de Penafiel, 17 de maio de 1974, p. 1.

A Pátria Restituída

Não é sem emoção que reconhecemos ter acordado no dia 25 de Abril donos de uma personalidade livre. E, consideramos sinónimo de felicidade esse grito de alerta que pôs assim termo ao bárbaro domínio de um decrépito regimen que a maioria já sentia caduco e incontrolável. Surpreendido e sobre-excitado, o povo veio para a rua dar largas à sua alegria contida havia tantas décadas pelas mor-

por **RAQUEL CARETO**

daças dos Pides e dos esbirros do governo caído. É o que é mais penoso ainda é termos criado um fâcies, uma expressão de medo e desconfiança por virtude dos quais o nosso rosto adquiriu vincos indesdobráveis perante os acontecimentos mais hilariantes. Somos um povo triste? Não. Eramos um povo triste e tão triste que deixamos de cantar nas romarias, deixamos desaparecer o carnaval, as manifestações de rua eram todas subversivas e nos campos as mondeiras agar-

radas às suas foices deixaram de cantar calando para sempre a sua voz nos campos vermelhos de papoilas. E assim, a terra permanecia num «infinito silêncio».

Ao grito das F. A., respondemos «Alerta estamos». E esta resposta que parecia impossível no dia 24 tornou-se uma realidade naquele dia 25 para sempre inesquecível. O cidadão português despertado pelo telefone ou por um alegre bater na sua porta ou na da sua cela, apalpou-se e olhou em roda. Será um sonho mal desperto? Um sonho? Um pesadelo? Ou nada? Era apenas o grito enérgico de um povo subjugado durante tantos anos por despotismos e crueldades sem me-

da. E o que a princípio nos parecia uma tentadora ameaça para pôr termo ao que muitos julgavam indestrutível, ruiu com tal fragor que todo o mundo ouviu e rejubilou. Foram horas e dias que abalaram não o mundo mas muitos mundos. Nesse momento, ainda que sob uma efervescência emocional, tocamos a reunir todas as nossas coragens tecidas de paixões, ódios e punições acumuladas, e enfrentamos a realidade. Era um Portugal que nascia de novo e se nos oferecia erguido agora dos escombros de uma política falida, cobaia de tantos ensaios político-sócio-económicos sem nunca

continua na página 2

Flor do Tâmega

Como já é habitual, nesta quadra festiva de Amarante, não se publicará na próxima semana o nosso jornal.

Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores, assinantes e anunciantes.

"A Pátria Restituída" / Raquel Careto
In: *Flor do Tâmega*, 26 de maio de 1974, p. 1.

DEMOCRACIA (1)

Variações sobre um belo tema

1

Agora que começam a secar as lágrimas da emoção e do encantamento com que tenho acompanhado, dia a dia, a Revolução que devolveu ao povo português a sua liberdade e dignidade e que constituiu — pela maneira como foi feita, pelo entusiasmo com que foi acolhida, pelo civismo com que o povo se comportou — uma lição para o mundo e, para mim, mais um motivo de orgulho de ser português, vamos fazer algumas consi-

derações que, mercê da idade e da experiência, acredito úteis para os meus possíveis leitores, para a minha terra e quiçá para a minha Pátria.

A. TEIXEIRA DE QUEIROZ

Foi longa, infinitamente longa e dolorosa a caminhada que os homens e mulheres portuguesas da minha geração, que não se acomodaram ou se deixaram acanear, tiveram de percorrer para que os seus direitos de cidadãos voltassem a ser reconhecidos. Alguns ficaram pelo caminho, assassinados ou vencidos pelos anos e amarguras, outros, porém, conseguiram sobreviver, dentro ou fora da Pátria para, com lágrimas, da mais feliz emoção, poderem contemplar o belo e inigualável espectáculo dum povo satisfeito. Foram, enfim, destruídas as algemas com que durante quarenta e oito anos prenderam, amarraram o corpo e o espírito dum povo que tendo sido infinitamente grande nas suas enormíssimas virtudes, depois de sa-

queado, lhe impuseram idólos procurando embruteçê-lo para melhor o dominar e desprezar.

Glória, pois, nesta hora de gratidão, aos intelectuais portugueses que, não se deixando prostituir nem romper, nas cátedras, nos livros, jornais e de todas as formas possíveis, mantiveram acesa a chama da li-

berdade e censo da responsabilidade, tão magnificamente demonstrado na primeira comemoração da festa do trabalho, para desespero dos adversários que tanta esperança tiveram numa possível anarquia. Glória, igualmente para o novo Exército português que,

continua na página 2

Aos Nossos Assinantes

Como de costume por esta altura vamos proceder à cobrança, pelos C.T.T., da assinatura do nosso jornal. Levamos ao conhecimento de todos os assinantes que, na intenção de regularizar todas as assinaturas, faremos a cobrança até Dezembro de 1974.

A todos, e devido às enormes despesas provenientes da cobrança, agradecemos a melhor das atenções, aquando da apresentação do recibo, no sentido de que não haja devoluções.

Lembramos ainda que o preço de assinatura neste ano de 1974 é de 80\$00 anuais a que se juntam em muitos casos de cobrança os 60\$00 do ano de 1973.

DEMOCRACIA

continuado da página 1

esclarecido e justo, compreendeu que não poderia continuar a ser a guarda pretoriana de uma minoria oligárquica e corrupta que só em propaganda e nos meios de repressão, gastava mais do que seria necessário para que o povo português fosse melhor alimentado e instruído. E, finalmente, glória a esse povo sofredor que soube, e continuará sabendo, que os nossos problemas têm de ser resolvidos

em ordem e são tão numerosos e complexos, tanto no continente como na África, que necessitamos de nos unir indissolvemente em torno do Governo Provisório afim de lhe facilitar a sua espinhossíssima missão.

II

Deu-nos o Senhor Presidente da República um testemunho indiscutível das suas nobres intenções ao nomear como Primeiro Ministro um homem da maior sinceridade que é o Dr. Pal-

ma Carlos. Ninguém que tenha algum conhecimento da resistência contra o fascismo, pode duvidar do seu carácter. Ele, por sua vez, formou um Governo com a representação de todas as correntes partidárias denominadas: direita, centro e esquerda. Foi seguida, portanto, a forma democrática autêntica. Durante um ano serão formados os Partidos que em programas bem explícitos dirão como pretendem, se eleitos, governar a Nação. Cumprirá, nesta primeira etapa, a todo o cidadão com direito a voto, inscrever-se — se o desejar, é claro, — naquele Partido que, segundo as suas convicções, melhor acautele os seus interesses, os seus anseios, a sua ideologia enfim.

A Missão da Imprensa

continuado da página 1

forço de alienar o povo da consciencialização dos seus problemas. Já se disse que os jornais portugueses sujavam as mãos e sujavam as consciências. E era verdade.

Há que ter muito cuidado agora com esse perigoso género de poluição. Com a poluição intelectual e ideológica dos maus jornalistas. A Imprensa portuguesa não pode estar agora ao serviço de ideais e de homens, que a nossa experiência e a História demonstram, à evidência, estarem errados. Não podem ter liberdade de acção aqueles que tentam destruir a liberdade. Há que neutralizar com vigor os semeadores de veneno. Há que defender intemeratamente a Vida dos inimigos da mesma Vida.

Para isso impõe-se que a Imprensa, tanto a grande como a pequena, seja servida por conscientes e honestos jornalistas. Admite-se a pluralidade de ideais, é salutar a diversidade de opiniões, num contexto socio-político liberal, mas fazer apologia de ideais criminosos não. Devemos opor aos filósofos da tortura, aos continuadores da Inquisição, aos sinistros agentes da barbárie e da morte o muro intransponível duma força vigilante e segura. Basta de lama, basta de baixeza e de crime!

Escrever é, pois, um acto de grande responsabilidade intelectual e cívica. Foi-o sempre. Mas hoje e neste país é um acto de fundamental e decisiva importância para a construção da sociedade democrática que desejamos. O povo quer e tem o direito de saber a verdade, o povo necessita de ser esclarecido do que lhe é ou pode ser mais útil. O povo necessita de tomar consciência de que existe e que é da sua participação activa e dinâmica na vida colectiva que resultará um Portugal novo. O povo deve sentir a necessidade de tomar uma posição. Para isso há que mobilizar todos os jornalistas dignos desse nome para que a Imprensa portuguesa cumpra com eficácia essa superior missão cultural e cívica.

Há, pois, que ter cuidado com os pseudo-jornalistas e com os pseudo-intelectuais. É melhor deixar o terreno inculto do que semear nele plantas venenosas. E a Imprensa portuguesa tem sido, no decurso destes últimos 48 anos, um vasto campo onde proliferavam com abundância plantas venenosas. Agora é urgente tornar a Imprensa instrumento dinâmico e catalizador de vontades e anseios dum povo, bom e generoso, mas que um regime despótico havia tornado escravo, sem possibilidades de erguer a voz em clamor de justiça ou de restituição dos direitos fundamentais que lhe foram roubados. Agora é a hora decisiva de todas as vontades esclarecidas e de todas as inteligências honestas. E, na Imprensa, é a hora dos verdadeiros e autênticos jornalistas.

CONSENTES?...

Está vindo a operar-se, lenta mas eficazmente, todo um processo de saneamento institucional dentro do concelho de Amarante.

Esse processo, no plano teórico, engloba de certo modo a consciencialização e esclarecimento da população, quanto a direitos, há longo tempo cercados pela ditadura fascista «salazar/caetano» com a complementaridade e cumplicidade de seus acólitos; quanto ao carácter informativo de todo o Movimento Democrático e Sindical, que está vindo a enraizar-se por todo o país; quanto a atitudes, métodos e precauções a atender e a adoptar, perante a realidade de sabotagem do Movimento das Forças Armadas, por parte da camada reacçãoária, que, no nosso concelho também, actua sagaz e/ou sombriamente, por todos os meios ainda ao seu alcance (notícias e jornais, conversas à mesa do café, conluios de escritório ou de gabinete, etc.), por vil oportunismo político e desonestidade intrínseca. No plano prático, paralelo e concomitante, mas mais real a nossos olhos, desenrola-se um processo de igual conteúdo: — Eleição, a nível do Concelho, de uma Comissão Administrativa para a nossa Câmara, que há longos anos, o seu acesso e participação nos problemas, que a todos nós Amarantinos, diziam respeito, a todos nós, as portas da nossa Câmara foram-nos trancadas!

É a realidade!
Mas não pensemos, nem aceitemos que o processo de saneamento está entregue, única e exclusivamente, ao Movimento Democrático, pretensamente associada a ideia de que, aos que tu vês entrar na sede da extinta A.N.P. (sita na rua Cândido dos Reis), agora a tua sede, lhes pertence o dever de sanear! Não!... As elites e os privilegiados começaram a ter a sua agonia desde 25 de Abril de 1974!... Também te pertence o dever de, norteados pelos princípios democráticos, sanear!

Ora, como atrás referi, o saneamento nas instituições está vindo a desenrolar-se. Contudo, talvez esquecidos, permanecem ainda, em lugares de capital importância, «personagens» ligadas, de uma ou outra maneira, ao antigo regime, personagens essas que podem influir na reestruturação democrática, boicotando-a, ou inibir o desmoronamento, pelo alijamento fascista, nas camadas da população menos atentas às operações ou manobras reacçãoárias que se possam desencadear.

E, objectivamente, pergunto: — Será que os membros de grêmios, associações e clubes de carácter recreativo ou cultural, já tomaram consciência de quem têm por seus directos representantes associativos? — Será, Democratas amarantinos, que fizermos inertes perante fulcros ou células possíveis de irradiação fascista dentro das associações de que fazemos parte? — Será que na «condã» de recepção que possa vir a desencadear-se nesse teu clube, queiras ser apontado pela mesma medida desses sórdidos personagens que lá te representam, já que na impassividade o consentes, «aderindo» desse modo ao jogo fascista que durante 48 anos te coartou e te garroteou o Pensamento e a Liberdade?

P. da Silva

O sistema democrático tradicional não limita o número de Partidos. Pessoalmente discordo dessa limitação. Creio mesmo que quatro Partidos seriam suficientes para que a Democracia se desenvolvesse com toda a plenitude mas que passaram de cinco, vão copiar ideias ou, muitíssimo pouco alterá-las. E por hoje é só. Mas continuaremos. Belo Horizonte, Brasil, 20 de Maio de 1974

Democracia (1) –
variações sobre um belo tema" /
A. Teixeira de Queiroz
In: Flor do Tâmega,
9 de junho de 1974,
p. 1 e 2.

Comício feminista

em Felgueiras

Organizado pela comissão concelhia do Movimento Democrático, e na qual estiveram presentes duas militantes do M. D. do Porto, efectuou-se na última segunda-feira, no Cine-Teatro Fonseca Moreira, um comício destinado a discutir e analisar os problemas e os anseios da mulher do concelho, face à nova orientação política imprimida ao país após o Movimento das Forças Armadas.

De uma forma geral foram realmente analisados problemas que afectam a mulher/trabalhador/mãe, como a falta de creches, a exploração a que estava sujeita por parte da empresa em que trabalhava, a má assistência médica que recebia por parte dos organismos, (in)competentes etc. etc.

Todavia, e se bem que a casa estivesse completamente cheia, notou-se a falta de adesão por parte de uma certa camada de mulheres — classe a que podemos intitular de média...

Será que só a operária pretente politizar-se?

34 "Comício feminista"
In: *O Jornal da Lixa*, 14 de junho de 1974, p. 3.

A Frente Democrática do Concelho de Paços de Ferreira

fez distribuir o seguinte MANIFESTO:

Os jovens do Movimento das Forças Armadas realizaram, em 25 de Abril, a mais digna revolução da História Contemporânea. E fizeram-no, dentro desse espírito sublime que caracteriza a juventude, com manifesto desprezo pelos inevitáveis riscos que teriam de correr para, de imediato, depositarem o glorioso resultado da sua desinteressada acção nas mãos dos oficiais-generais que, por sua vez, o irão transmitir ao seu mais legítimo destinatário: o Povo Português.

Assim, neste histórico momento da vida nacional, cumpre-nos o indeclinável dever de apoiar o movimento das Forças Armadas, trabalhando desinteressadamente e sem limitações, como único meio de retribuição a quem tanto nos deu.

Processa-se, então, a criação da «Frente Democrática do Concelho de Paços de Ferreira», tendo como base de formação a aceitação do programa das Forças Armadas e como linha de acção os desígnios do Governo Provisório, contribuindo para a sua execução neste concelho.

Na «Frente Democrática do Concelho de Paços de Ferreira» estarão representadas todas as forças democráticas, independentemente de qualquer facção ou filiação política, que procurarão, num apoio constante e conjugação de esforços com o Movimento das Forças Armadas, impedir o renascimento de qualquer actividade de índole fascista e reestruturar a nível concelhio, toda a actividade sócio-económico-política.

É constante da «Frente Democrática» a defesa intransigente da Democracia dentro de um pluralismo político e o repúdio firme de todas as tentativas tendentes a um clima de agitação e irresponsabilidade que possam levar o País ao caos sócio-económico e ao descrédito e destruição dos altos ideais pelos quais as Forças Armadas se bateram.

Assim, como primeiro objectivo, teremos:

- a criação de uma Frente Unida Democrática;
- a solidariedade do Povo deste concelho, integrado nessa frente unida, com o Movimento das Forças Armadas, para a defesa da Liberdade;

Assentes nestes princípios, parece-nos premente e de vital importância, o desmantelamento e destruição de toda a máquina fascista e de todas as suas estruturas repressivas. Como me-

da de saneamento, e desde já, propomos a destituição de todos os elementos da confiança do anterior regime com lugares de responsabilidade nos organismos e autarquias locais e a sua substituição por elementos de reconhecida formação democrática e da confiança do Povo do Concelho de Paços de Ferreira.

Da teoria à prática, e uma vez eleita uma Comissão Central, criados grupos de trabalho e nomeados membros representativos em todas as freguesias, vamos agir no sentido de:

- Consciencializar e politizar o Povo deste concelho;
- Incentivar a acção sindicalista, colaborando na sua formação e aceitando-a como único meio de defesa e de luta do Povo trabalhador;
- Contactar com as entidades patronais, procurando um equilíbrio e uma estabilidade que conduzam à paz e ao trabalho, sem o que será impossível o Portugal Renovado que todos anseiam;
- Procurar soluções que visem o progresso da actividade rural, atentando a sua representatividade no concelho e o precário apoio que lhe tem sido dado, nomeadamente pelo seu Grémio;
- Contribuir para o desenvolvimento do Ensino e da Educação, bases primordiais de tudo o que somos e que seremos, procurando, como mais premente necessidade, a activação de meios para a criação de Escolas Técnicas no concelho;
- Auxiliar todas as agremiações culturais e recreativas já existentes bem como estimular a criação de novas fontes de promoção intelectual;
- Procurar soluções para o gravíssimo problema da saúde pública, dada a deficiência e anacronismo das suas estruturas no concelho;
- Desenvolver as potencialidades turísticas do concelho e sua região.

Assim definidos, vamos tentar realizar o que julgamos ser nosso dever no momento histórico que atravessamos. Apelamos para a ajuda de todo o Povo do Concelho, na certeza de que

TODOS UNIDOS VENCEREMOS.

"A frente Democrática do Concelho de Paços de Ferreira"
In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 20 de junho de 1974, p. 3.

De vez em quando ...

1. Saneamento é a palavra em moda, geralmente entendida como uma operação de limpeza a efectuar em todo o País, depois do 25 de Abril. As pessoas que exerciam funções consideradas políticas (Governadores Cívicos, Presidentes de Câmaras, por exemplo, são afastadas dos seus cargos. Pretende-se colocar fora de combate os fautores do fascismo, os comprometidos os coniventes com ele.

Sanear é o mesmo que dizer curar, limpar, reparar, tornar higiénico, remediar.

Mas fazer saneamento não é forçosamente operar uma cura, uma limpeza, reparação, higienização. Pode até no momento, suceder que a emenda seja pior que o soneto. Lamentavelmente.

2. A euforia do saneamento também chegou a Baião. E decerto é bém necessário sanear para não nos quedarmos em palavras vazias, conceitos desenraizados, estorvados por tropeços amantes do divórcio entre o povo e a vida pública.

Sanear é preciso, mas sem loucura. Ao contrário, com sentido realista e bom senso. Sem vingança, sem ódio, sem espírito de clã. Se Baião é tão pequenino, como se costuma ouvir dizer tão repetidamente, um clã... mais pequenino é.

3. Por demasiado tempo fomos governados por uma minoria, elite de pessoas que se considerava única em capacidade de chefia. O povo foi controlado e afastado da vida pública, a nível nacional e local. Antes o fora só aqui.

Mas, no afastamento dessas elites, depara-se com evidente falta de preparação das massas populares — o que pode muito bem ser uma porta aberta à entrada de quaisquer aventureiros, em busca de história (aos quadradinhos)

4. Lá no subconsciente o povo de Baião sabe o que quer. E' necessário despertá-lo para uma consciência política adulta. Sem o manobrar. Com grande respeito por ele. O povo sabe bem o que não quer.—X.

"Com licença"

In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 4 de julho de 1974, p. 1.

COM LICENÇA

Com o perene 25 de Abril, Portugal passou da sombra duma ditadura, para o resplandecer da democracia.

Democracia é liberdade, consciencialização política, responsabilidade!

Democracia é a participação de todos na liberdade, no ressurgir económico, na paz que deve reinar em todo o lado.

Democracia não poderá ser de oportunistas, para oportunistas, ou para falsos democratas!

Nunca, em tão pouco tempo, vi tantos democratas! Por isso tenho a certeza, que sob o símbolo da democracia, minam e ressurgem agora os fascistas encobertos com dísticos nas lapelas!

E tudo isto a propósito de quê? Ah, de possiveis oportunistas.

Sem dúvida que temos de proceder a um profundo saneamento de quadros administrativos da nação. Mas temos de fazer esse saneamento com prudência, cuidado e ponderação.

Temos de tirar os cargos a esses ditadores, homens sem escrúpulos, sem personalidade, guiados só pela imoralidade da ditadura fascista. Mas não os podemos entregar a falsos democratas, a oportunistas, a homens que nos levem de novo à penumbra, que durante 48 anos nos envolveu.

As palavras do Chefe de Estado terão de ser ouvidas, por isso as repito:... «O povo português, representado nos nossos soldados, em breve começou a ser envenenado por falsos portugueses que não pretendem servi-lo, querendo apenas transformá-lo, em instrumento de inconfessáveis interesses políticos»... «Chegou a altura de saber separar o trigo do jóio; chegou a hora de saber mondar as searas de onde sai o pão da riqueza, cortando a erva daninha que está apostada em minar a terra para que o trigo não cresça...»

Devemos estar atentos, antes de actuar, pensar que o povo foi massacrado e não pretende ser novamente subjugado, nem pagar a sua liberdade, com o seu sangue e a sua vida o custo

da liberdade, que sem derrames lhe foi dada!

Temos de ver que o homem é a criação mais bela da humanidade e por isso pensa, vive e tem de ser livre.

Estar atento, será por certo precaver dos males, o ódio fascista que minará no povo. Estar atento à reacção fascista, será viver longe dos agitadores que procuram o descalabro económico e o descontentamento do povo, para reconstruir uma ditadura mais grave, que aquela que nos acaba de ser tirada graças às Forças Armadas Portuguesas.

MNOCAS

Vida agrícola

Em Lisboa conferenciaram com o sr. Secretário de Estado da Agricultura os srs. Eng. António José Ribeiro Carneiro, Prof. Leal Neto e António Carneiro Leal Neto sobre problemas relacionados com o funcionamento da «Só Gado», de Penamalur.

FESTAS SEBASTIANAS

Já definitivamente estabelecido o programa destes tradicionais festejos, em que se mostra briosa toda a população de Freamunde.

Dia 13 de Julho — Viata de Zés Pereiras, Gigantones e Cabeçudos.

Peias 21,30 h., escolhido espectáculo com os consagrados artistas Florbela Queirós, Norberto de Sousa e outros.

Dia 14 — De manhã entrada da Banda de Freamunde. Missa solene às 11 horas, em honra de S. Sebastião.

Às 15 h., chegada da Banda da Trofa. Na luzida procissão tomará parte a fanfara dos Bombeiros de Ermesinde.

À noite, arraial, com a presença das citadas Bandas.

Dia 15 — Divertimentos a preencher a tarde; à noite, festival folclórico, com exibições pelos Ranchos de Baião, Carvoeira e Lamelas (Santo Tirso) e Flores de Paços.

A encerrar, desfile de grandioso Cortejo Alegórico e Luminoso — um dos grandes e sempre esperado números do programa.

Fogo de artifício e vacas de fogo. Feéricas iluminações.

UM APELO

Através da «Gazeta» foi-me possível conhecer o programa da Frente Democrática de Paços de Ferreira. Não vou elogiar-lo aqui (pois não foi com esse intuito que foi criado) porquanto ainda praticamente não se foi além da teoria, embora esteja ciente seja desejo dos seus membros, passar rapidamente à prática. Quero no entanto enaltecer e apoiar o que esse grupo de verdadeiros pacenses se propõe edificar e fazer um apelo aos outros pacenses para que se identifiquem e dê ânimo ao Movimento. Lamento não estar presente hoje no meu concelho para me solidarizar com as ideias da Frente e juntar os meus esforços aos que já são alguns.

É do conhecimento de todos, os muitos parasusos da máquina do regime anterior que urgem ser destituídos e banidos das funções que exercem. Não queremos caídos à frente das repartições concelhias que nos tratam, a nós povo, como se fossemos uns cotidinhos, uns ignorantes. Já é tempo de deixarmos de dar palmadinhas nas costas do Sr. Fulano para adquirirmos uma certidão ou um atestado! Mais, todo o pacense se deve sentir conforante e à vontade quando vai a qualquer Repartição e não ter de andar dois dias antes a mastigar pastilhas elásticas para não passar por mal educado... e ser atendido. Os funcionários de Estado devem aceitar a condição a que se sujeitaram, e ajudar os menos esclarecidos na matéria. Nem todos foram bofejados pela sorte e muito menos amparados...

É preciso consciencializar o povo de Paços de Ferreira e sobretudo politizá-lo para que não grite liberdade e justiça, unicamente porque o oitinho o faz. Todos temos um papel a desempenhar dentro do nosso concelho e se dermos as mãos à Frente Democrática, creio, estaremos no verdadeiro caminho do desenvolvimento social, económico e educacional, que há muito anseiamos.

Todos querendo, teremos...

Amândio Valente Ferreira
Fur. Mil.º (em Angola)

"Um apelo" Amândio Valente Ferreira
In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 18 de julho de 1974, p. 3.

D

E há uns tempos para cá, lembramos repetidamente a televisão que "o trabalho é o

O TRABALHO

coração de Portugal". Numa das vezes em que o diagrama cardíaco do Portugal trabalhador passou no pequeno ecrã e a voz roufenha do comentador se fez ouvir, surgiram em determinado círculo de telespectadores alguns comentários. Uns, mais sensíveis aos aspectos publicitários, punham em dúvida a legibilidade do anúncio para a maioria do público televisivo. Outros, mais objectivos, discutiam a oportunidade da mensagem.

Deixando os primeiros, fixemos a atenção nos segundos. O Governo Provisório — que assina o anúncio — mostra-se preocupado com o abrandamento ou quebra de produtividade do trabalho nacional; denuncia uma situação inquietante e faz apelo para que se imprima novo ritmo às actividades produtivas.

Realmente, sem trabalho, não há riqueza, isto é, tudo aquilo que é necessário para satisfazer as normais exigên-

coração de Portugal

cias da vida. É uma verdade comezinha. Já em 1891, Leão XIII lembrava na primeira das grandes encíclicas sociais, a "Rerum Novarum": "Pode afirmar-se, sem receio de engano, que o trabalho é a única fonte de onde provém a riqueza das nações."

Devemos entender por trabalho, não apenas a actividade de ganha-pão dos trabalhadores por conta do outrem, mas todas as actividades, sejam de quem forem, produtoras de bens e serviços que integram a economia do país. Neste sentido, não trabalham apenas o empregado, o operário, o trabalhador agrícola e o pescador profissional, mas ainda o empresário, o investigador, o escritor, o artista, o sacerdote, o professor, o estudante e a dona de casa.

A lei do trabalho é universal, e uma análise do esforço e tempo dispendidos diaria-

mente por cada uma destas categorias de pessoas nos trabalhos que lhes são próprios, talvez trouxesse surpresas a muitos dos que reivindicam o exclusivo do nobre título de trabalhador. Já alguém observou que se devem precisamente ao trabalho não remunerado os grandes impulsos na marcha do progresso da humanidade.

O apelo do Governo Provisório deve, pois, ser ouvido por toda a gente, sob pena do país incidir numa grave crise económica e social, com as consequentes privações, lutas e sofrimentos.

São três, como é sabido, as causas fundamentais da actual crise económico-financeira no país: a situação herdada do anterior regime, o contexto de crise internacional em que a nossa economia se inscreve, e as perturbações das actividades empresariais e laborais posteriores ao 25 de Abril.

Não desconhecemos que o 25 de Abril já nos trouxe mui-

Conclui na página 2

"O trabalho" / C. A.

In: *O Jornal da Lixa*, 4 de outubro de 1974, p. 1 e 3.

"Greve na Indústria de Calçado do concelho"
 In: *O Jornal da Lixa*, 4 de outubro de 1974, p. 3.

Greve na Indústria de Calçado do concelho

Os operários da indústria de calçado do concelho de Felgueiras vêm, desde há tempos, reivindicando aumento de salários. Como, e não obstante os esforços desenvolvidos pelas representações dos operários, essa reivindicação não têm merecido o acordo do patronato, foi acordada a entrada em greve no próximo dia 8. caso até essa altura as negociações não saiam do impasse em que parecem ter caído.

Ouvimos dizer que há adesão total do operariado a esta ameaça de greve.

Portugal na O. N. U.

O Senhor Presidente da República, General Costa Gomes, esteve na O. N. U. como convidado de honra, e no uso da palavra deu eco das normas governativas com base no programa do M. F. A. Em síntese um clima de democratização do País e abertura para o Mundo.

Costa Gomes teve oportunidade de frisar:

«No plano interno manteremos um processo democratizante onde, com um mínimo de sofrimento, vamos desintoxicar os espíritos de meio século de propaganda de extrema-direita; construiremos um ambiente de tolerância política multipartidária, iniciaremos a politização do nosso povo e daremos as condições para a livre escolha do regime pluralista em que deseja viver».

"Portugal na O. N. U."

In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 24 de outubro de 1974, p. 1.

Que quer Portugal após o 25 de Abril? -- I

Depois de tantas hesitações, parece que agora Portugal vai querer alinhar com os países mais desenvolvidos. Quando os atingirá? Longo caminho a percorrer, que só poderá ser o da democracia, e nunca o das ditaduras, sejam da direita ou da esquerda: o povo cumprindo as suas obrigações, uns para com os outros, criticando e colaborando com as esferas governamentais, livremente postas a funcionar por si, vai tomando consciência, cada vez mais clara, também dos seus direitos e exige o seu cumprimento. É o homem que se levanta na sua dimensão total — religiosa e cristã, intelectual, moral e material. Praticamente, é todo o complexo e vasto problema da educação, ou formação cultural, que passa — pelas condições económicas e consequente nível de vida das populações; pelo desenvolvimento educacional anteriormente registado e seus índices de motivações; pelo instinto religioso e compromisso da Fé. Portanto, não é só mandar estudar, com o consequente resultado de instrução científica e técnica, em ordem ao preenchimento dos quadros previstos para a obtenção de qualificada e abundante produtividade que enriqueça o país.

Pode ser gravemente injusto fazer leis, com as respectivas sanções, que obriguem à aquisição de estudos, quando há carências económicas grave e concretamente impeditivas.

De facto, o desenvolvimento — «o novo nome da paz» — além de ser para todo o homem, é fundamentalmente para o homem todo.

É sem dúvida alguma, ilusão altamente lesiva da felicidade humana, o querer fazer progres-

so que atenda ou só aos bens materiais ou só aos espirituais: o ser humano não se pode partir em esferas separadas: é um todo indivisível.

Daqui se conclui toda a delicadeza em tratar do desenvolvimento do homem.

Como em nós a vida se encontra unificada, não obstante resultar de vários e complexos elementos constitutivos, também toda a sociedade, tanto religiosa como civil, deve colaborar, estreita e intimamente, cada uma na sua competência específica, procurando completar-se mutuamente, de modo que haja condições que favoreçam (cada vez mais, nunca o prejudicando) o harmonioso desabrochar e desenvolvimento de todas as potencialidades que o homem traz consigo.

Pereira da Silva

Meninos na lição ...

Estão em frequência nas escolas primárias do concelho 5677 crianças.

Entraram em funcionamento turmas da 5.ª e 6.ª classes, em Penamator; da 6.ª em Freumunde e Frazão, e da 5.ª em Sanfins.

Notícias de longe

Recebemos boas novas do 1.º sarg.º sr. Manuel Brandão Ferrelra Coelho, natural de Sanfins, a cumprir missão de soberania em Cabo Verde.

Aproveitamos o ensejo para lhe apeteer Boas-Festas de Natal e Ano Novo.

Ao seu colega Bentes já transmitimos o «abraço» que fortaleceu estimas na região de Namputa e Angola.

"Que quer Portugal após o 25 de Abril?" / Pereira da Silva
In: Gazeta de Paços de Ferreira, 5 de dezembro de 1974, p. 1.

re|er

REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS
DO DOURO, TÂMEGA E SOUSA



TÂMEGA e SOUSA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL